



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM EVENTOS NA FORMA SUBSEQUENTE

Belém - PA
2016



EQUIPE GESTORA DO IFPA CAMPUS BELÉM

Diretor Geral-DG	Prof.Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues
Diretora de Ensino-DEN	Profa.Msc. Laura Helena Barros da Silva
Diretor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação-DPI	Prof.Dr.Raidson Jenner Negreiros de Alencar
Diretor de Extensão-DEX	Prof.Dr.Hélio Antônio Lameira de Almeida
Diretora de Administração e Planejamento-DAP	Regina Glória Pinheiro de O. Silveira
Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino-DEPAE	Profa.Msc. Adriana M ^a N. de Souza Porto
Departamento de Ensino de Processos Industriais, Informação e Comunicação-DEPIC	Profa.Msc. Talisman Claudio de Queiroz Teixeira Júnior
Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança-DEGAS	Profa.Esp. Raissa Tavares da Silva
Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura-DERIN	Prof.Msc. Cláudio Cezar Cunha de Vasconcelos Chaves
Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores-DEPRO	Profa. Msc. Shirley Capela Tozi
Coordenação do Curso Técnico em Eventos na forma subsequente	Profa. Dra. Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Campus	Belém
CNPJ	10.763.998/0001-30
Esfera Administrativa	Federal
Endereço completo	Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco
CEP	66.093 –020 –Belém/Pará
Telefone do Campus	3201-1700
Telefone da coordenação do curso	(91) 3201-1700
Site do Campus	belem.ifpa.edu.br
Redes sociais	twitter: @ifpacampusbelem Facebook: (IFPA Campus Belém): https://www.facebook.com/ifpacampusbelem/?ref=ts Youtube: (IFPA campus Belém ASCOM): https://www.youtube.com/user/ifpacampusbelem
E-mail institucional da coordenação do curso	belem.chl@ifpa.edu.br
Eixo Tecnológico	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Carga horária	AULAS: 960 - HORAS: 803
Reitor	Prof.Dr. Cláudio Alex Jorge da Rocha.
Pró-Reitora de Ensino	Profa.Dra. Elinilze Guedes Teodoro.
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Profa.Dra. Ana Paula Palheta Santana.
Pró-Reitora de Extensão	Profa.Dra. Mary Lucy Mendes Guimarães
Pró-Reitor de Administração	Esp. Danilson Lobato da Costa
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Prof.Msc. Raimundo Nonato Sanches de Souza
Diretor Geral do Campus Belém	Prof.Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues
Equipe de elaboração do PPC	Prof. Msc. Geisa Costa Coelho Prof. Msc. Jacirene da Silva Queiroz Prof. Msc. Marinete da Silva Boulhosa Profa. Msc. Maria Lúcia da Silva Soares Prof.Msc. Marcia Josefa Bevone Costa Profa. Dra. Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral Prof.Esp. Regina Maria Matos Vianna



EQUIPE GESTORA DO IFPA CAMPUS BELÉM

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

APRESENTAÇÃO	4
1. JUSTIFICATIVA	8
2. OBJETIVOS	10
2.1. Objetivo Geral	10
2.2. Objetivos Específicos	10
3. REGIME LETIVO	10
4. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	11
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	11
6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO	13
7. MATRIZ CURRICULAR	14
7.1. Descrição de disciplinas da Matriz do Curso	16
08. PRÁTICA PROFISSIONAL	28
09. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	29
10. ATIVIDADE COMPLEMENTAR	32
11. ATIVIDADES DE TUTORIA	32
12. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS - NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	33
13. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	36
14. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	38
15. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE PROCEDIMENTO CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	41
16. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	42
17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	43
18. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO	46
19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	46
20. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	49
21. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	52
21.1. Política de Inclusão Social e Atendimento a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	53
21.2. A Política de Assistência Estudantil no IFPA - Campus Belém	55
21.3. Política do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros)	56
22. DIPLOMAÇÃO	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES E ANEXOS	65
LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS	73



APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição, o IFPA. A partir desta lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus, desta forma nossa unidade em Belém passou para o status de Campus do IFPA.

O IFPA Campus Belém possui 106 anos de história, passando por várias reformas ocorridas na Educação profissional do Brasil, tendo sido: Escola de Aprendizagem Artífices do Pará-EAA/PA (1909), Liceu Industrial do Pará- LI/Pará (1937), Escola Industrial de Belém (1942), Escola Federal Industrial do Pará (1966), Escola Técnica Federal do Pará-ETFPA (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará-CEFET/PA (1999) e desde 2008 foi incorporado como Campus integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.

O IFPA-Campus-Belém é localizado na Avenida Almirante Barroso 1155, entre travessa Timbó e travessa Mariz e Barros, bairro do Marco, CEP 66093-020. A área de abrangência do Campus Belém, foi definida pela resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015, e além do município de Belém, no que tange a oferta de ensino, os municípios de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure também fazem parte dessa abrangência.

Atualmente o IFPA-Campus Belém oferta cursos de *nível médio*, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica nas formas **Integrada ao Ensino Médio** (ensino médio e educação profissional compondo currículo único e integrado constituído de formação geral e formação técnica, destinando-se ao público que concluiu o ensino fundamental, preferencialmente na faixa etária própria: menores de 18 anos) e **Subsequente** (curso técnico de nível médio destinado a



aqueles que já concluíram o Ensino Médio, com currículo constituído apenas da formação técnica), são eles: técnico em Telecomunicações, técnico em Eletrotécnica, técnico em Eletrônica, técnico em Informática, técnico em Química, técnico em Metalurgia, técnico em Mecânica, técnico em Agente Comunitário de Saúde, técnico em Eventos, técnico em Segurança do Trabalho, técnico em Edificações, técnico em Estradas, técnico em Agrimensura, Geodésia e Cartografia, técnico em Design de Interiores, técnico em Mineração, técnico em Pesca e Aquicultura e técnico em Saneamento.

Compõe a oferta do IFPA Campus Belém **cursos Superiores de Tecnologia**, em nível de graduação, com currículo específico estruturado para uma área de formação específica, que tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante, são eles: Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia e Gestão de Saúde.

Ainda no que tange a oferta do **ensino superior**, o IFPA Campus Belém possui cursos de **graduação na área da Engenharia**, para o qual é exigido como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante. Estão assim elencados: Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação.

O IFPA Campus Belém oferta ainda cursos de **graduação na área das licenciaturas**, para os quais também é necessário que o ingressante tenha concluído o ensino médio: Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia.

Em nível de **pós-graduação lato sensu** está vigente a oferta do curso de especialização em Educação para as Relações Etnorraciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana coordenado pelo NEAB (Núcleo de Estudos Afrobrasileros e Diversidades). Para este curso é necessário que o ingressante tenha concluído curso de graduação. Em nível de pós-graduação **stricto sensu** já está aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) o curso de Mestrado em Engenharia de Materiais com previsão para abertura de edital para primeira turma em 2016.



A retomada de oferta de cursos em EJA-EPT (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica) já está em fase de estruturação e construção das propostas pelo Campus Belém, outras ofertas como de PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), UAB (Universidade Aberta do Brasil), E-TEC Brasil estão finalizando turmas em andamento e ou em processo de retomada de oferta, ressaltando-se as especificidades da oferta de cada programa.

De acordo com o organograma do Campus Belém compõem a estrutura da Direção de Ensino os seguintes Departamentos: Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino (DEPAE), Departamento de Ensino, Processos Industriais, Informação e Comunicação (DEPIC), Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança (DEGAS), Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura (DERIN) e Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO). O curso Técnico de Eventos está ligado ao Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança (DEGAS) enquadra-se dentro do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

O Turismo no Estado do Pará, em função da diversidade e atratividade turística do Estado, destaca-se como novo componente da base produtiva do Estado, ao lado da agroindústria e da produção mineral.

No Pará, o segmento do turismo de maior expressão é o segmento de eventos, para o qual já foram criados vários espaços e equipamentos, com vistas a possibilitar a realização dos mais diversos tipos e dimensões de eventos. O dinamismo do segmento de eventos, atrelado ao incremento a ele direcionado, tem não apenas elevado a capacidade de realização de eventos no Estado, como demandado por profissionais habilitados a atuarem na área.

Esta realidade, assim, confere aos centros de formação profissional o desafio de responder a demanda do mundo do trabalho, capacitando pessoal para atuar nesse segmento do turismo, tão dinâmico.



Nesse sentido, o Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém, apresenta o Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio. Tal projeto foi elaborado obedecendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (MEC, 2012); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC, 2001); os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico para a área de Turismo e Hospitalidade (MEC, 2000), o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (MEC, 2014), as demais Portarias correlacionadas e emanadas pelo Ministério da Educação; a Resolução nº 235/2014 (CONSUP/IFPA, 2014), a Resolução nº 217/2014 (CONSUP/IFPA, 2014) e o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no IFPA (IFPA, 2015).



1. JUSTIFICATIVA

A atividade turística destaca-se como uma das mais importantes atividades econômicas do mundo globalizado, gerando um deslocamento de mais de 600 milhões de turistas pelos mais diversos países, que viajam em busca de experiências de lazer, cultura, natureza, religião, saúde, entre outros, e movimentam mais de 3,4 trilhões de renda direta e indireta.

Segundo a Ministério do Turismo, a *indústria* de turismo e viagens foi responsável pela absorção de 265 milhões de trabalhadores (1 em cada 9) em todo o mundo. No Brasil, cerca de 6 milhões de pessoas ocupam postos de trabalho nessa atividade (1 em cada 12 trabalhadores), gerando US\$ 38 bilhões de faturamentos diretos e indiretos, US\$ 7 bilhões de impostos, US\$ 3,6 bilhões de ingressos de divisas; 13,2 bilhões de receitas diretas com o turismo interno e US\$ 212 milhões em obras de infra-estrutura básicas iniciadas a partir de 1999.

No Brasil, com o advento da Copa do Mundo, o país registrou a entrada de mais de 6 milhões de turistas estrangeiros, apresentando um crescimento de 10,6% da atividade, de acordo com o Anuário Estatístico de Turismo 2015 (Ministério do Turismo, 2015).

O país, em função do mega-evento Copa do Mundo superou sua marca de 6 milhões de turistas estrangeiros e com a realização desses mega-eventos – Copa do Mundo e Olimpíadas – a divulgação e visibilidade do Brasil, no ponto de vista do turismo, tem alcançado novos e elevados patamares. Porém, a presença do turista no país não se restringe apenas às regiões de realização desses eventos. Estar no Brasil para assistir ou participar desses eventos, também configura-se como oportunidade para conhecer a diversidade natural e cultural de todo o país.

No estado do Pará, o desenvolvimento do turismo é atualmente prioridade de governo, pois o Estado responde sozinho por 49,2% do potencial turística da Amazônia (OEA/PROVAM, 1995) o que justificou a prioridade dada à atividade turística desde a década de noventa, através da Lei Nº 5.885, de 09 de fevereiro de 1995, que vem incentivando o desenvolvimento sustentável do turismo, vislumbrando desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, promovendo, com isso, melhoria social para a população local.



Nesse contexto o turismo passou a constituir-se componente da nova base produtiva do estado do Pará e vem sendo desenvolvido, estrategicamente, através da concentração de ações nos pólos de turismo do Estado, que se configuram como áreas prioritárias para desenvolvimento das ações governamentais que vão desde a instalação de infra-estrutura básica à criação de estratégias de marketing.

Em função da prioridade dada à atividade turística um conjunto de ações já vem sendo realizadas no Estado, como: Construção da Estação das Docas, Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional, Construção da Orla do Maçarico (município de Salinópolis), Revitalização do Centro histórico de Belém, Reestruturação Portuária do município de Santarém, Ampliação do Estádio Olímpico do Pará, Construção do Centro de Convenções e Feiras da Amazônia – Hangar, divulgação em nível internacional do potencial turístico do Estado, etc. Somando-se a estas ações, o Estado do Pará vem destacando-se na realização de eventos nas mais diversas áreas. Pelo menos 790 mil pessoas participam, anualmente, de algum tipo de evento no Pará, onde o total de gastos chega a R\$ 256 milhões anuais.

Em 2007, com a inauguração do HANGAR, o mais completo e moderno centros de convenções do país, Belém, a capital do Estado, passou a ser um dos principais destinos para realização de ventos nacionais e internacionais do Brasil, fazendo do segmento de eventos o mais importante do Estado.

Com o desenvolvimento do segmento de eventos, tendo como sede a capital paraense, a demanda por profissionais habilitados a atuarem na área tornou-se uma necessidade a ser atendida, cabendo aos centros de formação profissional a responsabilidade e compromisso de contribuir para uma formação pessoal para esse segmento emergente.

É dentro desta realidade que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém propõe a oferta do CURSO TÉCNICO EM EVENTOS na forma subsequente, buscando a formação integral do indivíduo, não apenas com vistas a atender a demanda do mercado, mas considerando o que a atividade turística, no caso o segmento de eventos, pode contribuir para a valorização dos aspectos culturais, ambientais, econômicos, políticos e sociais de nossa região, logo, as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia, são tratadas no mesmo nível de importância.



2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Proporcionar condições ao discente visando sua atuação futura na área de turismo, hospitalidade e lazer, mais precisamente na área de eventos, no planejamento, organização, execução e avaliação de serviços de apoio, nas suas diversas classificações e tipologias, numa perspectiva local, regional, nacional e internacional, sob a compreensão da realidade socioeconômica e cultural, garantindo-o formação humana, intelectual e profissional, capacitando-o a atuar no mundo globalizado.

2.2. Objetivos específicos

✓ Propiciar condições para garantir o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para projetar, planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar serviços de apoio técnico e logístico a eventos de diversas classificações e tipologias.

✓ Promover condições para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para realizar procedimentos de recepção e cerimoniais, de acordo com a natureza de cada evento;

✓ Desenvolver conhecimentos e habilidades na realização de procedimentos administrativos e operacionais relativos a eventos;

✓ Desenvolver conhecimentos e habilidades para a realização de promoção e divulgação de eventos;

✓ Desenvolver habilidade e competências para a confecção de ornamentos decorativos para eventos;

✓ Desenvolver habilidade e competências para coordenar ações de armazenamento e manuseio de gêneros alimentícios servidos em eventos.



3. REGIME LETIVO

O Curso Técnico em Eventos está estruturado em três semestres, projetadas de forma sequenciais, totalizando uma carga horária de 959,4 hora/aula – 799,2 hora/relógio, na modalidade presencial, na forma subsequente, com o tempo máximo para sua integralização de quatro semestres e meio.

O curso será ofertado em regime semestral, com 35 vagas, por turma, sendo duas turmas ofertadas por ano, uma em horário matutino e outra no vespertino, totalizando 70 vagas.

4. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

O curso Técnico em Eventos tem como público o alvo o estudante que já tenha concluído o ensino médio, de acordo com o Artigo Quarto, § 1º do DECRETO 5.154, de 23 de julho de 2004.

A forma de acesso ao curso far-se-á mediante Processo Seletivo classificatório, por meio de edital, conforme previsto no Artigo 141 da Resolução 041/2015 do CONSUP. Além desta forma, estão previstas também, as possibilidades de transferência previstas no regulamento Didático Pedagógico, como Transferência de outra instituição pública de ensino, Transferência *ex officio* e Transferência interna no âmbito dos campi do IFPA. A solicitação de matrícula de estudante *ex officio* se dá a qualquer momento através de abertura de processo administrativo, conforme o Artigo 165 da Resolução 041/2015 do CONSUP. Os outros tipos de transferência estão vinculadas à aprovação em Processo Seletivo Especial, conforme os Artigos 171 e 179 da Resolução 041/2015 do CONSUP.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Curso Técnico em Eventos é Curso do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, eixo que compreende as tecnologias relacionadas aos



processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação.

O egresso do Curso Técnico em Eventos do IFPA é o profissional cidadão que possui uma sólida formação integrada, abrangendo os domínios das técnicas, tecnologias e dos conhecimentos científicos inerentes à mesma, de modo a permitir sua inserção mundo do trabalho, cujo perfil de formação está de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, do Ministério da Educação, a saber:

Projeta, planeja, organiza, coordena, executa e avalia serviços de apoio técnico e logístico a eventos de diversas classificações e tipologias. Utiliza normas de cerimonial e protocolo. Opera as ferramentas de marketing e de divulgação. Executa procedimentos de recepção e encaminhamentos demandados por eventos. Coordena a decoração de ambientes. Coordena o armazenamento e manuseio de gêneros alimentícios servidos em eventos (MEC, 2014).

Com esta formação o profissional Técnico em Eventos deverá atuar em: Empresas de eventos, Meios de hospedagem, Cruzeiros marítimos, Restaurantes e bufês, dentre outros espaços de eventos (MEC, 2014).

Além disso, ser capaz de continuar aprendendo adaptando-se com flexibilidade a novas condições de ocupações ou aperfeiçoamentos posteriores, produzir novos conhecimentos e inserir-se como sujeito na vida social, política e cultural, de forma ativa, participativa e solidária, consciente de seu papel de cidadão, desenvolvendo as competências e habilidades exigidas pelo mundo do trabalho, sendo capaz de:

- ✓ Aplicar os conhecimentos da língua portuguesa na instrumentalização profissional cotidiana;
- ✓ Dominar e aplicar as normas de cerimonial, protocolo e etiqueta de acordo com a natureza do evento;
- ✓ Proceder com os serviços de mestre de cerimônias, recepção e encaminhamentos demandados num evento;
- ✓ Auxiliar na administração, coordenação e contratação de pessoal para a realização de eventos;
- ✓ Identificar os meios, equipamentos e serviços necessários à realização de eventos;

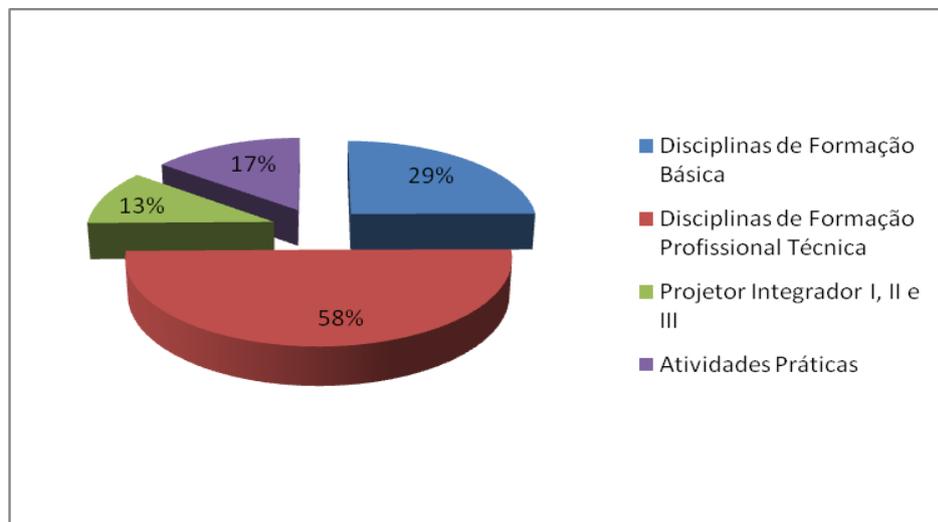


- ✓ Auxiliar na administração e uso dos recursos financeiros, patrimoniais, materiais, físicos e humanos na realização de eventos;
- ✓ Elaborar projetos de eventos;
- ✓ Criar instrumentos de informação e aferição da satisfação dos clientes;
- ✓ Realizar, selecionar e interpretar pesquisas e indicadores sócio-econômicos sobre o mercado turístico de interesse na elaboração do projeto de eventos;
- ✓ Utilizar ferramentas de marketing para atingir a satisfação do cliente;
- ✓ Apurar custos e determinar preços de produtos e serviços na realização de um evento;
- ✓ Auxiliar nas atividades de comercialização do evento;
- ✓ Propor decoração de ambientes para eventos;
- ✓ Operar equipamentos eletrônicos e de multimídia como microfone, data-show, aparelhos de som, e outros utilizados em eventos.

6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERÁRIO FORMATIVO

O Curso está estruturado com 25% de Disciplinas de formação geral; 50% de Disciplinas de formação profissional técnica, e 11% de Projeto integrador I, II e III e 14% de atividades práticas, de acordo com a representação gráfica abaixo.

Gráfico 1 – Gráfica do itinerário formativo do Curso Técnico em Eventos Subsequente





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO





7. MATRIZ CURRICULAR

Os componentes curriculares do Curso Técnico em Eventos Subsequente agregam as necessidades da área, orientadas pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos para o Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, representados na matriz a seguir:

Componentes curriculares	1º SEMESTRE	CH/A semanal	CH/ A total	CH total
	Português instrumental	2	40	33,3
	Inglês Instrumental I	2	40	33,3
	Teoria geral do turismo e hospitalidade	2	40	33,3
	Custos e orçamento para eventos	2	40	33,3
	Marketing para eventos	4	80	66,6
	Planejamento de eventos	2	40	33,3
	Projeto Integrador I	2	40	33,3
	Quantidade destes componentes Ch/a semanal - Ch/a total semestral Ch total	07	16	320

Componentes curriculares	2º SEMESTRE	CH/A semanal	CH/A total	CH total
	Relações humanas	2	40	33,3
	Inglês instrumental II	2	40	33,3
	Administração de empresas de eventos	2	40	33,3
	Cerimonial, protocolo e etiqueta	4	80	66,6
	Alimentos e bebidas para eventos	2	40	33,3
	Organização de eventos	4	80	66,6
	Projeto Integrador II	2	40	33,3
Quantidade destes componentes Ch/a semanal - Ch/a total semestral Ch total	07	18	360	299,7



Componentes curriculares	3º SEMESTRE	CH/A semanal	CH/ A total	CH total
	Educação Ambiental	2	40	33,3
	Cultura brasileira	2	40	33,3
	Inclusão Social	2	40	33,3
	Qualidade no atendimento em eventos	2	40	33,3
	Execução de eventos	4	80	66,6
	Projeto Integrador III	2	40	33,3
Quantidade destes componentes Ch/a semanal - Ch/a total semestral Ch total	06	14	280	233,1

TOTAIS DO CURSO				
SÍNTESES DA MATRIZ		CH/A SEMANAL	CH/A	CH
	CH Disciplinas Obrigatórias	48	959,4	799,2
	Prática Profissional	0	160	133
	TOTAL DOS ITENS QUE COMPÕEM ESTA MATRIZ CURRICULAR (Ch total; Prática Profissional, estágio, TCC e outros)			
	RESUMO E ANÁLISE QUANTITATIVA DA MATRIZ	CH do curso em ch/a de acordo legislação	CH do curso dessa matriz	Ch curso de acordo com legislação
	CH do curso e CH Mínima do curso de acordo com a legislação	960	959,5	800
	Diferença entre Mínima e totais dessa matriz		159,5	



7.1. Descrição de disciplinas da Matriz do Curso (Quadros 1, 3 e 3).

Quadro 1 – Componentes curriculares do primeiro semestre

Semestre I	Componente Curricular: INSTRUMENTAL	PORTUGUÊS	CH/A - 40
<p>Ementa: Gêneros Textuais; correspondência oficial; Textos argumentativos, descritivos e dissertativos; Redação de projetos de eventos.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2009.</p> <p>CAMPEDELLI, S. Y. & SOUZA, J. B. Gramática do Texto – Texto da Gramática. São Paulo, ABDR, 1999.</p> <p>CEGALLA, D. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2000.</p> <p>CEGALLA, Domingos. Minigramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2004.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>LAKATOS, Eva & MARCONI, Marina. Metodologia do Trabalho científico. São Paulo, Editora Atlas, 1991.</p> <p>MARTINS, Dileta & ZILBERKNOP, Lúbia. Português Instrumental. Porto Alegre, Sagra, 1997.</p> <p>MEDEIROS, João B. Correspondência – Técnicas de Comunicação Criativa. São Paulo, Editora Atlas, 2000.</p>			
Semesre I	Componente Curricular: INGLÊS INSTRUMENTAL I		CH/A - 40
<p>Ementa: Considerações gerais sobre a leitura e conceituação; Razoes para se ler em língua estrangeira; O processo comunicativo; Abordagem intensiva e extensiva da leitura; Relação entre técnicas de leitura e os níveis de compreensão de texto; Introdução as estratégias de leitura; Skimming/scanning; Utilização de informação não-linear; Tipografia; Indicações de referencias; Informacoes não-verbal; Key words; Cognatos linking words; Coesão/coerência; Sinais de organização do discurso; Utilização dos tempos verbais; Utilização dos tempos modais.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CRUZ, Décio.Torres. Inglês para turismo e hotelaria. São Paulo: Disal,2005.160 p.</p> <p>DIAS, Renildes. Reading critically in English.3.ed.Belo Horizonte: Ed.UFM,2002.231p.</p>			



MARQUES, Amadeus. **Password**: special edition. São Paulo: Ática, 1999.
NORDVALL, Karl. **Talk about travel: English for airlines, hotels and ours**.
Sl.Compass, 2003. 176p.

Bibliografia Complementar

REVISTA Speak up. São Paulo: Peixes, v.245, 2008.
_____. São Paulo: Peixes, v.249, 2008.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**.
9.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 528p.

Semestre I	Componente Curricular: TEORIA GERAL DO TURISMO E HOSPITALIDADE	CH/A - 40
-------------------	---	------------------

Ementa: Fundamentos históricos e conceituais do turismo e hospitalidade; Composição e características do mercado turístico; Classificação turística; Perfil dos turistas; As motivações de viagens turísticas; O *Trade* turístico; As organizações oficiais de turismo; Legislação do Turismo; Hospitalidade: históricas e conceituais; Hospitalidade, turismo e hotelaria.

Bibliografia Básica

ANDRADE, José Vicente. **Turismo fundamentos e dimensões**. São Paulo Ática, 2000.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: ALEPH, 2002.

BARRETTO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

FERRAZ, Joandre Antônio. **Regime Jurídico do Turismo**. SP: Papirus, 1992 (Coleção Turismo).

DORTA, Lurdes, POMILIO, Rúbia A. Santos. **As Leis e o Turismo**. São Paulo: Texto novo, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1997.

Bibliografia Complementar

GOELDNER, Charles *et al.* **Turismo, princípios e práticas e filosofia**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 8ª Ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2002.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Ed. Roca, 2001.

Semestre I	Componente Curricular: CUSTOS E ORÇAMENTO PARA EVENTOS	CH/A - 40
-------------------	---	------------------

Ementa: Leitura de indicadores socioeconômicos; Princípios e técnicas de finanças e contabilidade, necessários à leitura e elaboração de orçamentos; Cálculos de custos e formação de preços em serviços de eventos; Elaboração e interpretação de balanços, relatórios e documentos de controle interno; Apuração de custos e determinar preços; Análise da relação custo/benefício com vistas à lucratividade de empreendimentos.



Bibliografia Básica

ALLEN, J.; O'TOOLE, W.; MCDONNELL, R. **Controles e Orçamentos**. In: Organização e gestão de eventos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, cap. 10, p. 188 – 213.

Bibliografia Complementar

ANTHONY, Robert. N. GOVINDAJARAN. Vijai. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

Semestre I	Componente Curricular: MARKETING PARA EVENTOS	CH/A - 80
-------------------	--	------------------

Ementa: Mercado de eventos; Definições, Objetivos e Ambiente do Marketing; Marketing de Serviços; Marketing Turístico; Marketing de Eventos; Sistema e estratégias de marketing; Plano de Marketing em Eventos; Elaboração de briefing e portfólio; meio e veículo de comunicação; Noções de estratégia de mídia e comunicação; Plano de mídia; Negociação: definição, processos e etapas, técnicas; Postura e características no ato de negociar; Técnicas de vendas; Captação de apoio e patrocínio para eventos.

Bibliografia Básica

AMBRÓSIO & SIQUEIRA. V. R. **Plano de marketing passo a passo: serviços**. Reichmann & Afonso. Rio de Janeiro: 2002.

BRITTO, Janaina & FONTES, Nena. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. Aleph, São Paulo: 2006.

COBRA, Marcos. **Marketing de Serviços: Turismo, Lazer e Negócios**. Cobra, São Paulo: 2001.

HOYLE, Jr. Leonard H. **Marketing de Eventos**. Atlas. São Paulo: 2003.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. Atlas. 5.ed. São Paulo: 2000.

TAMANAH, Paulo. **Planejamento de mídia: teoria e experiência**. Pearson Prentice Hall, São Paulo: 2006.

MARTINELLI, Dante Pinheiro. **Negociação empresarial: enfoque sistêmico e visão estratégica**. Barueri, SP. Editora Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

ASTRO, L. T.; NEVES, M. F. **O Processo de Vendas**. In Administração para vendas: São Paulo Atlas, 2006

NETO, Francisco Paulo de Melo. **Marketing de eventos**. Sprint. 3.ed. Rio de Janeiro: 2001.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia**. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FORTE, C. D; RAMIREZ, P. **Gestão Empresarial**. São Paulo: Copidart, 2002.



Semestre I	Componente Curricular: PLANEJAMENTO DE EVENTOS	CH/A – 40
<p>Ementa: Definições, classificação e tipologia de eventos; Legislação das empresas de Eventos Planejamento de evento: conceitos de planejamento, entidade promotora e empresa organizadora de eventos; Organizador de eventos; Processos de Planejamento de evento.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. Estratégias para Eventos: uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo: Aleph, 2006.</p> <p>GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de Eventos: Teoria e Prática. São Paulo: Thomson, 2003.</p> <p>MARTIN, Vanessa. Manual Prático de Eventos – São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MENDES, Luciana Souza. Planejamento de eventos. Caderno de disciplina. Instituto Federal do Pará / Universidade Federal de Santa Catarina. Rede e-Tec Brasil. MEC, 2013.</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>NETO, Francisco Paulo de Melo. Criatividade em Eventos: São Paulo, Contexto, 2005.</p> <p>ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas, 2003.</p>		
Semestre I	Componente Curricular: PROJETO INTEGRADOR I	CH/A: 40
<p>Ementa: Conceitos de pesquisas, interdisciplinaridade e projetos; Elaboração de projeto de pesquisa: roteiro básico, instrumentos de coletas de dados; Roteiro metodológico da pesquisa bibliográfica; Pesquisa de campo; Normas de referência para trabalhos técnicos (ABNT); Elaboração de projeto de eventos.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>Associação Brasileira de Normas Técnica. NBR 6023: informações e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>_____. NBR 6024: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>_____. NBR 6028: Informação e documentação: resumos. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>_____. NBR 6032: Informação e documentação: preparação de índice de publicações. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>_____. NBR 10520: Informação e documentação: citações de documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p>		



_____. **NBR 10522**: abreviação na descrição bibliográfica. Rio de Janeiro, 1988.
_____. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011 (revisada)
DENCKER, A. F. **Métodos e Técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª ed., 1977. 202 p.
LAKATOS E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

OMT. **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca 2005.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

Quadro 2 – Componentes curriculares do segundo semestre

Semestre II	Componente Curricular: RELAÇÕES HUMANAS	CH/A – 40
<p>Ementa: Necessidades interpessoais, Relações humanas; Comunicação verbal e não verbal; Formação e organização de equipes; Mediação e solução de conflitos; Ética nas relações humanas; Liderança; Marketing pessoal.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CASSARO, A. C. Atender e vender: Técnicas de atendimentos e vendas. São Paulo: Pioneira, 1994. MUSSAK, Eugenio. Gestão humanista de pessoas o fator humano como diferencial competitivo. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010. SA, Antonio Lopes de. Ética profissional. Atlas, 2009 OMT. Código Mundial de Ética do Turismo, 1999</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRADBURY, Andrew. Técnicas eficazes para apresentações de sucesso. São Paulo: Clio, 2007.</p> <p>PEASE, Allan. Desvendando os segredos da linguagem corporal. Rio de Janeiro: Sextante, 2005. ROBBINS, Harvey. Como ouvir e falar com eficácia. Rio de Janeiro: Campus, 1994. JESUS, Sergio Luiz de. O que é Marketing Pessoal?. Disponível em http://www.mulherdeclasse.com.br/marketing_pessoal.htm. Acessado em 3 de março de 2008.</p>		



Semestre II	Componente Curricular: INGLÊS INSTRUMENTAL II	CH/A - 40
<p>Ementa: Técnicas de leitura, estrutura de frases e falas; Leituras interdisciplinares vinculadas ao turismo; Vocabulário técnico de turismo no idioma inglês; Conversação. Informações sobre direção; Compreensão das estruturas básicas e vocabulário técnico da língua inglesa em diálogos orais, escritos específicos sobre situações pertinentes a área de turismo.</p>		
<p>Bibliografia Básica CRUZ, Décio.Torres. Inglês para turismo e hotelaria. São Paulo:Disal, 2005.160 p. DIAS, Renildes. Reading critically in English.3.ed.Belo Horizonte:Ed.UFM,2002.231p. MARQUES, Amadeus. Password: special edition. São Paulo:Ática,1999. NORDVALL, Karl. Talk about travel: English for airlines, hotels and tours. Sl. Compass, 2003. 176p.</p> <p>Bibliografia Complementar REVISTA Speak up. São Paulo: Peixes, v.245, 2008. _____, São Paulo: Peixes, v.249, 2008. TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 9.ed.São Paulo:Saraiva,2002.528p.</p>		
Semestre II	Componente Curricular: ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE EVENTOS	CH/A - 40
<p>Ementa: Administração: história, conceitos, princípios e funções; Ambiente organizacional; Formas de propriedade e associação em empresas de eventos; Legislação das empresas de eventos; Empreendedorismo: histórico e conceitos; O comportamento empreendedor; o empreendedorismo e sua ação no mercado: o plano de negócios; O mercado turístico e os Arranjos Produtivos locais – APL's.</p>		
<p>Bibliografia Básica CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2000. FINCH, Brian. Como redigir um plano de negócios. Trad. Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Clio Editora, 2006. HAYES, D. K. Gestão de operações hoteleiras. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. KWASNICKA, E. L. Introdução à administração. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.</p> <p>Bibliografia Complementar</p>		



BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.
PIMENTA, M. A. **Gestão de pessoas em turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação**. Campinas, SP: Alínea, 2004.
ROSA, Cláudio A. **Como elaborar um plano de negócios**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2004.

Semestre II	Componente Curricular: CERIMONIAL, PROTOCOLO E ETIQUETA	CH/A – 80
--------------------	--	------------------

Ementa: História e conceitos de cerimonial e protocolo; Recursos Humanos em cerimonial: recepcionista, mestre de cerimônias e chefe de cerimonial, entre outros; Normas do cerimonial público e ordem geral de precedência; Uso dos símbolos nacionais; Uso de pronomes de tratamentos; Técnicas de como falar em público; *Briefing* para eventos; Identidade Visual para Eventos; Concepção de cenários para eventos; Recursos materiais para concepção de cenários e decorações em eventos; História e conceitos de etiqueta; Construção da imagem: postura, atitudes e gestos, afabilidade, cortesia, visual; Boas maneiras à mesa; Higiene pessoa; Etiqueta no trabalho, Trajes.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Thuizy da Rocha Nascimento. **Etiqueta**. Caderno de disciplina. Instituto Federal do Pará / Universidade Federal de Santa Catarina. Rede e-Tec Brasil. MEC, 2013.
BRITTO, Janaina & FONTES, Nena. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2006.
CÂNDIDO, Índio; VIERA, Elenara Viera de. **Recepcionista de Eventos: organização e técnicas para eventos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
FIGLIUOLO, Ana Cláudia do Lago. **Cerimonial e protocolo**. Caderno de disciplina. Instituto Federal do Pará / Universidade Federal de Santa Catarina. Rede e-Tec Brasil. MEC, 2013.
BATISTA, Sâmia & BOULHOSA, Marinete. **Lay-out de Espaços para Eventos**. Caderno de disciplina. Instituto Federal do Pará. Pará, 2013.

Bibliografia Complementar

MARTIN, Vanessa. **Manual Prático de Eventos** – São Paulo: Atlas, 2003.
MITCHELL, Mary e COHR, John. **Tudo Sobre Etiqueta**. Tradução: Maria Lavínia S. Magalhães. Ed. Manole, 2002. BIBLIOGRAFIA
ZOBARAN, Sérgio. **Evento é assim mesmo: do conceito ao brinde**. São Paulo: Senac, 2004.
MATOS, L. A. I.; OLIVEIRA, M. J. **Modus operandi do briefing das agências de comunicação em Juiz de Fora – MG**. Estação Científica Online Juiz de Fora, n. 04, abr./mai. 2007.
BASTOS. W. A. **Criação de logomarca: Como construir marcas fortes**.



Universidade Cândido Mendes. Apostila, s/d		
Semestre II	Componente Curricular: ALIMENTOS E BEBIDAS PARA EVENTOS	CH/A - 40
<p>Ementa: Abordagens conceituais e históricas de A&B; Infraestrutura física de espaços de eventos em alimentos e bebidas; Brigada de A&B em eventos; Tipos de serviços; Estrutura e montagem do salão de eventos em alimentos e bebidas; Técnicas de recepção e atendimento de A&B em eventos.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>HAYES, David. Gestão de operações hoteleiras. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>SENAC. A história da gastronomia. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1998.</p> <p>Complementar</p> <p>ARRUDA, Gillian A. Manual de boas práticas na produção e distribuição de alimentos: hotéis e restaurantes. Ponto Crítica, 1996.</p> <p>BARRETO, R. L. P. Organização da cozinha e brigadas de cozinha. São Paulo: SENAC, 1992.</p>		
Semestre II	Componente Curricular: ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	CH/A - 80
<p>Ementa: Introdução ao Estudo da Organização; Processos e Estruturas de Organização; Organização em Eventos: fundamentos, níveis, etapas, estratégias e processos de organização do planejamento; instrumentos e ferramentas de organização, acompanhamento, controle e avaliação de eventos.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>MARTIN, Vanessa. Manual Prático de Eventos – São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>FONTES, Janaína Britto e Nena. Estratégias para eventos. Uma ótica do Marketing e do Turismo – São Paulo: Aleph, 2006.</p> <p>SOARES, Maria Lúcia da Silva. Organização de Eventos. Caderno de disciplina. Instituto Federal do Pará / Universidade Federal de Santa Catarina. Rede e-Tec Brasil. MEC, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Introdução a administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		



ZANELLA, L. C. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização.** 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Semestre II

Componente Curricular: PROJETO INTEGRADOR II

**CH/A -
40**

Ementa: Pesquisa de viabilidade organizacional, socioeconômica, operacional e ambiental do projeto de evento; Definição e uso de ferramentas de avaliação, acompanhamento e monitoramento de ações voltado para o projeto de eventos; Elaboração e apresentação de relatório técnico.

Bibliografia Básica

BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos.** São Paulo: Atlas, 2000.

Woiler, S. & Mathias, F. W. **Projetos: planejamento, elaboração e análise.** São Paulo: Atlas, 1996.

MARTIN, Vanessa. **Manual Prático de Eventos** – São Paulo: Atlas, 2003.

FONTES, Janáina Britto e Nena. **Estratégias para eventos. Uma ótica do Marketing e do Turismo** – São Paulo: Aleph, 2006.

Bibliografia Complementar

CURY, Antonio. **Organização & Métodos: Uma visão holística.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução a administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Quadro 3 – Componentes curriculares do terceiro semestre

Semestre III	Componente Curricular: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CH/A - 40
---------------------	--	----------------------

Ementa: Evolução da relação sociedade e natureza; Contexto sócio-ambiental global – os problemas ambientais globais; Marco Histórico do surgimento da EA; Abordagens e caracterização da EA; Educação Ambiental no Brasil; Institucionalização da EA; A educação Ambiental e sua contribuição para o enfrentamento dos problemas ambientais; A EA e a formação da cidadania; EA e Eventos: Uso e conservação de recursos utilizados em eventos.

Bibliografia Básica

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental. A conexão necessária.** 2 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2004.



MEDINA, Nana M.; SANTOS, Elizabeth da C. **Educação Ambiental. Uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** 9ªed. Gaia, 2003.
REIGOTA, M. et. al. (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira.** Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC.

Bibliografia Complementar

LOUREIRO, C.F.B. e et. al (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.
REIGOTA, Marcos (Org.) **verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
ZEPPONE. Rosimeire Maria Orlando. **Educação ambiental: teorias e prática escolares.** São Paulo: JM, 1999.

Semestre III

Componente Curricular: CULTURA BRASILEIRA

**CH/A -
40**

Ementa: Cultura, definições e características; Formação histórica da cultura brasileira; O Negro na história do Brasil; Manifestações da cultura brasileira; Cultura e globalização; Cultura paraense.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira, temas e situações.** Rio de Janeiro: Ática, 2004.
BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras operárias.** Petrópolis: Vozes, 1986.
SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História e Cultura brasileira.** 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
BENCHIMOL, Samuel. **Influência Afro-brasileira.** In. BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: formação social e cultural. Manaus: Valer, 2009.
ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Questões étnico-raciais: aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na prática pedagógica.** Belém, IFPA, 2009.

Bibliografia Complementar

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
SALLES, V. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão.** Belém: IAP, 1971.
FIGUEIREDO, A. N.; HENRY, A. V. **A Presença Africana na Amazônia.** Belém: APEP, 1990.
LOUREIRO, P. J. João. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário.** Belém: Cejup, 1995.
Artigos e revistas sobre cultura paraense.



Semestre III	Componente Curricular: INCLUSÃO SOCIAL	CH/A - 40
<p>Ementa: Aspectos de domínio conceitual: inclusão, exclusão, integração, necessidades, deficiência, acessibilidade; Panorama histórico da situação dos PCD; PCD no Brasil; Da integração social a inclusão social; Inclusão social, econômica, cultural e política; Turismo e inclusão social.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL, Estatuto do Idoso. LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Organização das Nações Unidas. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. ONU, 1975. EMBRATUR. Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos. <i>Brasil, s/d</i>. MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, 1988. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. WVA: Rio de Janeiro, 1999. NESCO, Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.</p>		
Semestre III	Componente Curricular: QUALIDADE NO ATENDIMENTO EM EVENTOS	CH/A - 40
<p>Ementa: Conceito de serviços; Qualidade: especificidade na prestação de serviços; Atendimento ao cliente; O Outro: aprendendo a percebê-lo; Linguagem verbal e não verbal; Como surpreender e encantar clientes.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CESCA, Cleuza G. Gimenez. Organização de Eventos. São Paulo: Summus, 2008. PIAZZA, Adilson. Qualidade no atendimento. Nobel, 1999. NEVES, Adilson Romualdo. Qualidade no atendimento. Qualitymark, 2006. SENAC. DN. Qualidade em prestação de serviços. Rio de Janeiro: SENAC/DN/DFP, 1996.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. Estratégias para Eventos: uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo: Aleph, 2006. GIANESI, I.G.N. & CORRÊA, H. L. Administração Estratégica de Serviços. Operações para satisfação do cliente. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.</p>		



Semestre III	Componente Curricular: EXECUÇÃO DE EVENTOS	CH/A - 80
<p>Ementa: Execução de eventos; Função Coordenação geral; Função de controle; Função Administração; Função logística; Função cerimonial; Função marketing; Função financeira, Função científica; Contratação de fornecedores e logística; Contratação de empresas prestadoras de serviços para eventos; Estruturação de receptivo; Acompanhamento, controle e avaliação de evento.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. Estratégias para Eventos: uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo: Aleph, 2006.</p> <p>MARTINS, Vanessa. Manual prático de eventos. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>SOARES, Maria Lúcia da Silva. Execução de Eventos. Caderno de disciplina. Instituto Federal do Pará / Universidade Federal de Santa Catarina. Rede e-Tec Brasil. MEC, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>WATT, David. Gestão de Eventos em lazer e turismo. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>MARTIN, Vanessa. Manual Prático de Eventos – São Paulo: Atlas, 2003.</p>		
Semestre III	Componente Curricular: PROJETO INTEGRADOR III	CH/A - 40
<p>Ementa: Aplicação de ferramentas de avaliação, acompanhamento e monitoramento de ações de trans e pós eventos; Aplicação de sistema de análise de ações de pré, trans e pós eventos; Elaboração e apresentação de relatório técnico de resultados.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>KEELLING, Ralph. Gestão de projetos uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>MARTINS, Vanessa. Manual prático de eventos. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>SENAC. DN. Qualidade em prestação de serviços. Rio de Janeiro: SENAC/DN/DFP, 1996.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>GIANESI, I.G.N. & CORRÊA, H. L. Administração Estratégica de Serviços. Operações para satisfação do cliente. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.</p> <p>WATT, David. Gestão de Eventos em lazer e turismo. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p>		



8. PRÁTICA PROFISSIONAL

Os discentes do Curso Técnico em Eventos desenvolverão atividades teórico-práticas na educação profissional que envolve atividades de vivências acadêmico-científico-cultural, práticas de laboratórios, oficinas, micro-estágios, visitas técnicas, entre outras. No curso Técnico em Eventos as práticas profissionais relacionadas diretamente ao segmento de eventos serão de caráter obrigatório, exigidas para conclusão do curso.

A prática profissional tem a finalidade de proporcionar aos discentes, vivência técnica-profissional, conhecimentos adicionais e desenvolvimentos de competências e habilidades para o mundo do trabalho. Está sob a responsabilidade da Instituição.

No objetivo de acompanhar e registrar a prática profissional dos discentes do eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, apresenta-se organizada no **Quadro de Prática Profissional do Curso de Técnico Em Eventos (Tabela 5 – Apêndice 3)**, as praticas supervisionadas e não supervisionadas, com suas respectivas cargas horárias, para o curso Técnico em Eventos.

As práticas profissionais deverão totalizar uma **Carga Horária mínima de 160h**. Parte desta carga horária será obtida através do desempenho do aluno nas atividades práticas supervisionadas, relacionadas nos componentes curriculares Projetos Integradores de Curso, Planejamento, Organização e Execução. Os professores/orientadores responsáveis pelas práticas profissionais supervisionadas entregarão à Coordenação do Curso, a planilha com o desempenho do discente, traduzidos em carga horária.

O discente que não obter a carga horária mínima necessária práticas profissionais supervisionadas, poderão obter a carga horária restante através da participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com a (Tabela 9 - apêndice 3). No decorrer do curso ou no final do mesmo o discente também deverá entregar à Coordenação de Hospitalidade e Lazer os documentos comprobatórios de suas práticas profissionais para serem lançadas no **Sistema de Registro e Controle de Práticas Profissionais** da Coordenação de Curso.



As atividades de Práticas Profissionais serão lançadas no Sistema de Registro e Controle de Práticas Profissionais e que posteriormente serão encaminhados à DEX para legitimação da realização dessas práticas.

O discente que optar pelo estágio, dentro ou fora da instituição, ficará desobrigado de cumprir carga horária de Práticas Profissionais não supervisionadas.

9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, a Lei nº 11.788/2008 (*Lei do Estágio*), bem como às normas definidas pelo Parecer CNE/CEB nº 35/2003 e Resolução CNE/CEB nº 1/2004 (*referentes à organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional, bem como Educação Especial e de Jovens e Adultos*), e o parecer CNE/CEB nº 28/2001 e Resolução CNE/CEB nº 2/2015 (*referentes a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior*) o estágio aos estudantes, enquanto “ato educativo escolar, supervisionado e desenvolvido no ambiente de trabalho”, obrigatório ou não, “faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando”.

Os referidos dispositivos legais apontam para a necessidade de contextualização curricular e para desenvolvimento de saberes próprios da atividade profissional e para a vida cidadã, através de articulação que congregue as instituições de ensino, instituições públicas, as empresas e organizações sociais ambientalmente responsáveis.

A Diretoria de Extensão (DEX) atua no setor de Estágio através da Divisão de Integração Campus Empresa legislando internamente acerca da captação e validação no IFPA campus Belém no âmbito das Licenciaturas, Cursos de Engenharias e Tecnologias e Cursos Técnicos e Subsequentes.

Dessa forma, a carga horária que for destinada ao estágio profissional supervisionado deve ser adicionada à carga horária total do respectivo curso, salvo



em curso na forma articulada integrada com o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do PROEJA, que obedece a regras próprias.

O estágio deve ser realizado ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo (§ 3º, Art.nº2, Resolução 01/2004)

Observado o prazo-limite de cinco anos para a conclusão do curso de educação profissional de nível técnico, em caráter excepcional, quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deve estar matriculado e a escola deve orientar e supervisionar o respectivo estágio, o qual deverá ser devidamente registrado. (§ 4º, Art.nº2, Resolução 01/2004)

O estágio profissional supervisionado, pode ser, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da Lei nº 11.788/2008 e conforme Diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação. Descritas na Resolução CNE/CEB Nº01/2004, com as seguintes modalidades a saber:

Art. 5º São modalidades de estágio curricular supervisionado, a serem incluídas no projeto pedagógico da Instituição de Ensino e no planejamento curricular do curso, como ato educativo: **I - Estágio profissional obrigatório**, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso; **II - Estágio profissional não obrigatório**, mas incluído no respectivo plano de curso, o que o torna obrigatório para os seus alunos, mantendo coerência com o perfil profissional de conclusão do curso; **III - Estágio sócio-cultural** ou de iniciação científica, previsto na proposta pedagógica da escola como forma de contextualização do currículo, em termos de educação para o trabalho e a cidadania, o que o torna obrigatório para os seus alunos, assumindo a forma de atividade de extensão; **IV - Estágio profissional, sócio-cultural** ou de iniciação científica, não incluído no planejamento da Instituição de Ensino, não obrigatório, mas assumido intencionalmente pela mesma, a partir de demanda de seus alunos ou de organizações de sua comunidade, objetivando o desenvolvimento de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo; **V - Estágio civil**, caracterizado pela participação do aluno, em decorrência de ato educativo assumido intencionalmente pela Instituição de Ensino, em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade; ou em projetos de prestação de serviço civil, em sistemas estaduais ou municipais de defesa civil; ou prestação de serviços voluntários de relevante caráter social, desenvolvido pelas equipes escolares, nos termos do respectivo projeto pedagógico.

§ 1º Mesmo quando a atividade de estágio, assumido intencionalmente pela escola como ato educativo, for de livre escolha do aluno, deve ser



devidamente registrada no seu prontuário. § 2º A modalidade de estágio civil somente poderá ser exercida junto a atividades ou programas de natureza pública ou sem fins lucrativos. § 3º As modalidades específicas de estágio profissional supervisionado somente serão admitidas quando vinculadas a um curso específico de educação profissional, nos níveis básico, técnico e tecnológico, ou de ensino médio, com orientação e ênfase profissionalizantes.

Compreende-se como **estágio obrigatório** aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma e como **estágio não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Ressalta-se que, independentemente da nomenclatura que se atribua à utilização de mão-de-obra de estudantes, somente poderão ser equiparadas ao estágio da Lei 11.788/2008, as atividades expressamente previstas no projeto pedagógico do curso.

Nos casos de estágio obrigatório, é possibilitado ao aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, possa ser dispensado, em parte, das atividades de estágio, mediante avaliação da escola. (Art.nº11, Resolução 01/2004)

A Divisão de Integração Campus Empresa (DICAIE) deverá registrar, nos prontuários escolares do aluno, o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio.

Para realização do estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, o estudante deverá estar regularmente matriculado, haverá necessidade de celebração de termo de compromisso de estágio e ter aprovado, pelo Coordenador do Curso, a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (art. 3º, da Lei nº 11.788/08).

Também, haverá necessidade de contratação de seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, a indicação de supervisor de estágio pela concedente (art. 9º, IV, parágrafo único, da Lei nº 11.788/08) e de professor orientador de estagiário pelo IFPA, (art. 3º, §1º, da Lei nº 11.788/08), entre outras obrigações previstas na Lei nº 11.788/08.



A prática profissional supervisionada, caracterizada como prática profissional em situação real de trabalho configura-se como atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional.

Somente poderá ser aproveitado a pratica profissional supervisionada como estágio profissional supervisionado, quando o IFPA, não captar e ofertar estágio até o inicio do último semestre acadêmico, e desde que as práticas profissionais supervisionadas sejam concluídas após o período previsto para realização do estagio supervisionado.

Também poderá ser aproveitada a pratica profissional realizada em outra Instituição ou Órgão, quando estas ocorrerem após o período previsto para realização do estágio supervisionado e desde que sejam acompanhadas por professor lotado na Coordenação do Curso.

A captação de vagas de estágio poderá ser feita, pelo contato da empresa com a escola ou através de visitas realizadas pela escola nas empresas para divulgação dos cursos técnicos ou pelo próprio aluno.

O estágio curricular será obrigatório no Curso Técnico em Eventos, sendo desenvolvido através das práticas profissionais, todavia, essas não impossibilitarão o discente de realizar estágio na área, desde que obedeça ao disposto no item prática profissional e a legislação pertinente.

10. ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Não foram previstas Atividades Complementares neste curso.

11. ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria serão desenvolvidas na oferta de 20% da carga horaria das disciplinas do curso a distância, a ser ofertado através do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, na Plataforma Moodle do IFPA.



As atividades de tutoria têm a função principal de promover a mediação entre os discentes e o material didático do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem, propiciando o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional.

São consideradas atividades de tutoria:

- ✓ Mediar o processo de aprendizagem do discente no AVA, através dos meios de informação e comunicação disponíveis nesse ambiente;
- ✓ Atuar diretamente com os discentes, ainda que a distância, sanando dúvidas, tentando identificar dificuldades e mediando o processo de aprendizagem;
- ✓ Desenvolver atividades avaliativas para os discentes no AVA;
- ✓ Guiar, orientar e apoiar os discentes na resolução de atividades ou problemas propostos no AVA.
- ✓ Acompanhar, estimular, motivar e contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de auto-aprendizagem.

12. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS - NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação, também conhecidas como TICS, estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também tem contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer comunicação, construir conhecimento e, sobretudo socializá-los têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias.

Nesse aspecto, não seria precipitado afirmar que as TICS têm sido um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que há a expansão de fronteiras, o rompimento de distâncias virtuais, e tem promovido a conexão entre diferentes contextos sociais.



Diante de tais transformações, as instituições de ensino tem feito o exercício de acompanhar este processo, a socialização do conhecimento historicamente sistematizado por meio da educação formal encontra no uso das TICs estratégias e ferramentas de grande valia e que tem sido fundamentais na promoção de uma educação inclusiva.

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS – correspondem ao conjunto de recursos tecnológicos que, integrados em torno de um objetivo comum, contribuem e mediam os processos de comunicação, informação e as relações sociais. Podem ser utilizadas de várias formas: em processos industriais, automação, no comércio, na publicidade, no processo de ensino aprendizagem e etc. Em se tratando da área da educação há uma modalidade específica definida na LDB 9.394/96 que se constituiu no e para o uso das TICS: a Educação à Distância.

São exemplos de TICS: ambientes virtuais de aprendizagem, chats, fóruns, comunidades e grupos on-line, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia, uso de redes sociais e etc.

É importante destacar que no caso da Educação à Distância o processo de ensino aprendizagem se dá por meio das TICs, diferentes dos cursos presenciais, que possuem metodologia que prima pela interação e integração dos sujeitos mediante relações presenciais. Neste contexto, as TICs funcionam como complemento, como mais uma estratégia de aprendizagem, como recurso e ferramenta que colaborem para aprendizagem do aluno quando os objetivos da aula e os conteúdos ministrado assim o requererem, devem ser utilizadas com critério, método e objetivos definidos para que não sejam banalizadas. É muito comum atualmente encontrarmos professores que só ministram aula de tiverem um data show para ministrá-la, por exemplo, isto cria uma dependência da tecnologia, e acaba levando o professor à uma certa acomodação, pois outras formas de ensinar poderiam estar sendo experimentadas. Problemático também é quando no ensino presencial, o docente centraliza sua prática pedagógica em torno de inter-relações virtuais por meio de redes sociais, por exemplo, substituindo a presença, quando ao invés de exposição oral, debates em sala de aula em torno do conteúdo ministrado, opta por passar vídeo-aulas indiscriminadamente.



As TICs estão para servir de apoio ao trabalho docente e não para substituí-lo. Mesmo na Educação à Distância, não há ausência do professor, há professores e tutores que atuam junto aos discentes nos ambientes virtuais, inclusive a atuação desses profissionais é determinante para a qualidade do curso e para evitar a evasão, que nesta modalidade é bastante significativa.

O curso Técnico em Eventos na modalidade Subsequente fará uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, através da plataforma Moodle do IFPA, no endereço eletrônico: <http://www.ead.ifpa.edu.br/moodle/>, no qual serão ofertadas 20% da carga horária diária, de acordo com a Resolução nº217/2014 CONSUP (IFPA, 2015).

O AVA oferecerá aos discentes informações sobre cada disciplina, módulos e do curso, como um todo, onde será disponibilizado recursos didáticos sistematicamente organizados e mecanismos de informação e comunicação entre os docentes e discentes, baseados em ferramentas de interação como endereço eletrônico, sala de bate-papo, murais, videoconferências, fórum de discussão, etc.

Em observância ao Art 351 do Regulamento Didático-pedagógico do Ensino do IFPA (2015), sobre material didático em Educação à distância – EAD, caberá o professor do componente curricular, elaborar e disponibilizar o material didático na plataforma, considerando os princípios de dialogicidade e de autonomia do discente.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem o acompanhamento e a avaliação de aprendizagem dos discentes ocorrerão de forma diversificada, com ferramentas peculiares a educação à distância como: fóruns, *chats*, questionários online, *wikis* e outros recursos disponíveis no referido ambiente, de acordo com o Art. 337 do Regulamento Didático- pedagógico do Ensino do IFPA (2015).

O Campus Belém oferecerá aos docentes e discentes a estrutura administrativa do Núcleo de Educação a Distância – NEAD, bem como laboratórios de informática que permitirão aos discentes conectar-se com o NEAD, com docentes e colegas de curso.



13. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia de trabalho do Eixo Turismo Hospitalidade e Lazer no Curso Técnico em Eventos está baseada na fundamentação teórica Histórico-cultural da Atividade nos processos do pensar e do aprender, que segundo Libâneo (2004) para além da acentuação do papel ativo dos sujeitos na aprendizagem, insistem na necessidade dos sujeitos desenvolverem competências e habilidades cognitivas. Desta maneira, nossa proposta curricular está alicerçada a uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educador e o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica. Saviani (1995). Reforçado por Edgar Morin (2007), que apresenta a noção de “pensamento complexo”, implicando na necessária interligação entre os saberes que devem transcender a linearidade e a segmentação.

A metodologia aplicada ainda está apoiada nas orientações para o estudo do turismo de Moesch (2002) fundamentadas nos pressupostos do “ser, saber e saber fazer” através do enfoque teórico-prático do “aprender fazendo” onde é possível se promover o desenvolvimento de competência técnico-cognitiva e comportamental-atitudinal.

Assim, os procedimentos metodológicos no Curso Técnico em Eventos se materializam através dos projetos Integradores de curso que relacionam os componentes curriculares, incluindo a prática profissional, a cada semestre, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como matriz orientadora a interdisciplinaridade.

A integração e diálogo entre todos os campos dos saberes é uma necessidade eminente, contudo, o turismo é uma atividade que tem na interdisciplinaridade um de seus principais focos de atenção, pois que não possui um objeto de estudo específico.

Daí a importância de se encaminhar uma metodologia que possa envolver relações de interação dinâmica entre as disciplinas tecendo um ambiente interativo onde os participantes estarão entrelaçados pelos saberes que serão capazes de produzir coletivamente.



A transversalidade, ou cruzamento de saberes advindos de diversas áreas, proporcionada pela interdisciplinaridade propiciará ao IFPA, especialmente, ao Curso Técnico em Eventos, sua comunidade docente e discente, além da otimização de tempo e de recursos, a idealização de projetos, produtos e serviços consistentes, capazes de dinamizar e conceber novos mercados, novas pesquisas com vistas a promoção da inclusão social, da geração de emprego e renda e da conservação ambiental, preconizadas pelas políticas comprometidas com princípios de sustentabilidade.

A interdisciplinaridade, através dos projetos integradores, favorece a integração de docentes e discentes, possibilitando, desse modo, a construção de um conhecimento que expresse a inter-relação de diferentes disciplinas. Assim, evita-se que a formação do futuro profissional aconteça de forma fragmentada e reducionista, fazendo com que a aprendizagem ocorra pautada numa visão global, mas com capacidade de agir localmente e em situações específicas.

A metodologia a ser aplicada seguirá as orientações abaixo:

No componente curricular Projeto Integrador I o aluno deverá elaborar um projeto de eventos que envolvam ações de caráter técnico científico ou extencionista relacionando todos os componentes curriculares do 1º semestre e tendo como base o *“Planejamento de Eventos”* e a *‘Pratica Profissional’*, consolidados em um projeto mercadológico de eventos;

No componente curricular Projeto Integrador II o aluno deverá realizar pesquisas de viabilidade do projeto, envolvendo todos os componentes curriculares do semestre, tendo como base o componente *“organização de eventos”* e *“Prática profissional”*, consolidados em um relatório técnico;

No componente curricular Projeto Integrador III o aluno deverá realizar análises de resultados e registro/documentação, envolvendo todos os componentes curriculares do semestre, tendo como base o componente *“execução de eventos”* e a *“Prática Profissional”*, consolidados em um relatório técnico de resultados.

Para a escolha ou definição do projeto de integralização/conclusão de curso, no I Semestre do Curso, nos componentes curriculares Projeto Integrador I; Planejamento de Eventos e Prática profissional culminará na realização de uma



Seletiva de Projetos, com critérios de avaliação definidos pelos professores da área, no qual será escolhido o projeto a ser realizado pela turma.

Esta metodologia será adotada por todos os professores que assumirem o referido componente curricular. Tal metodologia poderá ser alterada mediante a demanda para o planejamento, organização e execução de eventos considerados relevantes para os discentes e para a área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, sendo ouvido o NDE, que deverá dar parecer sobre a proposta do evento.

Para a realização dos Eventos de Integralização de Curso resultantes desse processo é de responsabilidade do IFPA – Campus Belém disponibilizar as condições administrativas, técnico-acadêmicas e de recursos (espaço, equipamentos, materiais, humanos e financeiros) e outros demandados pelos projetos.

14. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem do IFPA Campus Belém, bem como as práticas avaliativas e procedimentos adotados pelos docentes terão como objetivo principal o aspecto formativo do aluno, considerando seu desenvolvimento e trajetória no processo de ensino e aprendizagem durante o período letivo. Práticas de avaliação de cunho unicamente classificatório meritocrático e punitivo e que ao invés de colaborar para a aprendizagem significativa do educando contribuem para sua exclusão do processo educativo formal devem ser evitadas por estarem em desacordo não somente ao que dispõe a Lei de Diretrizes Bases da Educação 9.394/96, mas principalmente por ferirem os princípios que norteiam a construção e consolidação de uma escola que promova educação-formação numa perspectiva democrática e com vistas à inclusão social do educando.

A avaliação da aprendizagem deve servir para que o docente faça uma diagnose sobre os pontos fortes e frágeis no que tange a aprendizagem do educando e a partir disto possa criar estratégias para que o aluno tenha condições de superar suas dificuldades e prosseguir seus estudos. Isto não quer dizer que o



aluno não possa ficar reprovado/retido, significa dizer que é necessário construir práticas pedagógicas que diminuam esta incidência.

A aprovação do discente e sua conseqüente progressão no curso devem estar atrelada à sua aprendizagem efetiva e deve ser resultado de um trabalho pedagógico comprometido com a função social da escola envolvendo professores, setor pedagógico, assistência estudantil, diretorias sistêmicas e outros setores estratégicos da instituição que estejam diretamente vinculados ao ensino, pesquisa e extensão. Precisamos ter práticas que favoreçam a aprendizagem do aluno para que ele aprenda, tenha uma formação crítica e esteja preparado para exercer sua cidadania e contribua para a transformação da sociedade.

Nesta perspectiva, partindo do pressuposto de que a avaliação da aprendizagem deve ser formativa, processual, cumulativa e, sobretudo dialógica, a LDB 9.394/96 dispõe que: V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Em se tratando do nível médio a LDB 9394/96, seção IV do Ensino Médio, dispõe que: II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes; § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

De maneira mais específica no âmbito do IFPA, a resolução 041/2015-CONSUP de 15 de maio de 2015 que trata do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu capítulo VIII trata “Da Avaliação da Aprendizagem”. O capítulo, de maneira geral estabelece os procedimentos da avaliação, instrumentos de avaliação, fluxos, periodicidade, parâmetros para práticas avaliativas, critérios de



avaliação dentre outras diretrizes pertinentes à verificação e acompanhamento da aprendizagem do educando. Assim, para fins de operacionalização e aplicabilidade fica estabelecido o disposto na resolução supracitada, capítulo VIII, como diretriz geral a ser cumprida no âmbito do IFPA-Campus Belém em todos os cursos deste campus, em todos os níveis, modalidades e formas de oferta, excetuando-se da obrigatoriedade os cursos de pós-graduação, pois possuem regulação própria.

A avaliação é parte integrante do processo de formação e deve diagnosticar e orientar a construção do conhecimento, das habilidades e valores, processando-se de modo continuado e formativo, sistemático e cumulativo, envolvendo todos os componentes curriculares, com critérios estabelecidos pelo IFPA e pela Lei nº 9.394/96.

O desempenho do discente em cada componente curricular será registrado através das notas que estão organizadas em 1ª, 2ª bimestral e avaliação final com valores mínimo de 0,0 (zero) pontos e máximo de 10,0 (dez).

De acordo com o Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no IFPA, os resultados das avaliações serão mensurados da seguinte forma:

- I. da culminância dos resultados alcançados.
- II. e da Fórmula

$$MF = \frac{1^a BI + 2^a BI}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

BI = Avaliação Bimestral

O discente será aprovado na disciplina por média, se obtiver nota maior ou igual a 7,0 ($\geq 7,0$).

O discente que obtiver Média Final (MF) menor que 7,0 (sete) deverá realizar prova final, sendo aplicado a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{MB + PF}{2} \geq 7,0$$



Percentual de Frequência

Obedecendo ao que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9394/96) a frequência é obrigatória e será apurada por componente curricular, em cada semestre letivo.

Obedecendo ao Regulamento Didático-Pedagógico do Ensino no IFPA (IFPA, 2015) será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

Promoção e Reprovação

O aluno será considerado aprovado por média quando: obtiver Média Semestral (MS) igual ou superior a sete (7) e frequência igual ou superior a 75% por disciplina/componente curricular.

Será admitida a dependência de estudos em, no máximo, duas (2) disciplinas, que deverão ser cursadas no semestre seguinte ao cursado. A reprovação em mais de duas (2) disciplinas levará automaticamente o discente a reprovação do semestre letivo.

15. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores como a possibilidade de o estudante solicitar aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular a partir de disciplinas cursadas em outro curso desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.

O Curso Técnico em Eventos seguirá o estabelecido no Capítulo IX do Regulamento Didático-pedagógico do ensino no IFPA (Resolução 041/2015-



CONSUP) que trata especificamente do aproveitamento e do extraordinário aproveitamento de estudos.

Solicitado via processo, o aproveitamento de estudos será concedido quando:

- I) A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA;
- II) O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA;
- III) O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição.
- IV) Ter cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de estudos no IFPA. (REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO IFPA, 2015, art. 295)

No que diz respeito ao extraordinário aproveitamento de estudos, o aluno poderá solicitar para a certificação de conhecimentos para fins de cumprimento de componente curricular isolado. O discente é submetido a processo de avaliação teórica ou teórico-prática a partir da publicação de edital de chamada aos estudantes interessados. Essa avaliação será realizada por uma banca examinadora, que deverá elaborar os instrumentos e critérios de avaliação, sua aplicação e apuração, bem como emitirá parecer avaliativo, que deverá ser homologado pela Direção de Ensino do Campus (cf. Regulamento didático-pedagógico do IFPA, 2015, art. 304).

Ressaltamos que estas orientações tratam-se apenas de uma síntese a respeito dos critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores retiradas do Regulamento didático-pedagógico vigente, devendo, portanto, o referido documento ser consultado (art. 291 a art. 308) para substanciar as ações acadêmicas e pedagógicas coerentes com este projeto pedagógico de curso.

16. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Núcleo Docente Estruturante - NDE, formado por professores do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFPA Campus Belém, criado de



acordo com a Resolução nº 01/2010 e Parecer do CONAES nº 04/2010, e tem a competência de avaliar o processo ensino-aprendizagem através de aspectos relevantes como desempenho didático-pedagógico docente; serviços técnico-administrativos; coordenação do curso e; posicionamento do egresso no mundo do trabalho, objetivando atender aos princípios da educação, e da formação profissional.

O Corpo discente também participará do processo de avaliação do Curso, através das respostas à aplicação de formulário para verificar o nível de satisfação dos discentes do curso, referentes a infraestrutura física; aos equipamentos e serviços disponíveis; aos professores e coordenação de curso. O formulário a ser aplicado aos alunos não constará de identificação do mesmo, apenas da turma. Após a aplicação dos formulários, os mesmos serão tabulados, analisados, interpretados e disponibilizados à instituição, e as demandas constantes serão encaminhadas aos setores competentes, para resoluções.

Além do uso do formulário, será também realizada entrevista individual, com dois alunos, por turma. Essa entrevista deverá ser realizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, sem a presença de professores ou coordenados do curso. O critério de seleção para participar da entrevista será sorteio do nome do aluno, pelo setor pedagógico.

O resultado dos dados levantados e as demandas identificadas nas entrevistas deverão ser encaminhados à Coordenação do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer e aos setores competentes, para providências que poderão ser tomadas em reuniões com Coordenação do Eixo, Direção de Ensino e setor pedagógico e outros, dependendo da natureza da demanda.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O marco regulatório de processo avaliativo do curso executará suas ações baseada na Portaria Normativa 40/2007, Revisada em 2010 que:

Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC



de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

A avaliação do Curso produzirá indicadores e informação que subsidiará tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade do ensino ofertado pelo curso para a sociedade. Logo o curso submeterá as seguintes avaliações:

- I. Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- II. Avaliação no âmbito do Colegiado de Curso;
- III. NDE;
- IV. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de conduzir os processos de avaliação em todos os aspectos e dimensões, em conformidade com o Decreto 10.861/2004 –SINAES, numa perspectiva de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, entre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa.

O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) também atuam ativamente no processo de acompanhamento, consolidação e contínua atualização e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

De acordo com a Organização Didática do IFPA em vigor, o Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do Processo Pedagógico desenvolvido.

O Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante NDE é um órgão deliberativo do curso com composição e funcionamento de acordo com a Organização Didática do IFPA, cuja



finalidade é assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Cada avaliação permite a tomada de decisão capaz de canalizar o investimento público com menor índice de erros e desperdícios, seja de tempo ou orçamento, tornando o PPC um projeto que apresente consideráveis resultados no que se refere à EFICÁCIA, EFETIVIDADE E EFICIÊNCIA.

A avaliação institucional consiste numa sistemática que envolve: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O sistema de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA tem como finalidade a condução dos processos de autoavaliação no Campus - Belém, em conformidade com o SINAES, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, cujo objetivo é assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Na autoavaliação realizada pela CPA - Campus Belém, é tomado como referência os princípios, as dimensões e indicadores do SINAES. Os princípios norteadores da avaliação:

Globalidade, mediante avaliação de todos os elementos que compõem o curso;

Respeito à identidade dos cursos e suas características próprias;

Legitimidade, mediante metodologia e indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas;

Reconhecimento, por todos os agentes, da pertinência e legitimidade do processo avaliativo;

Responsabilidade social, visando à qualidade da formação mediante a promoção da eficácia do ensino, tendo como ponto de partida os resultados da avaliação;

Continuidade, visto que são grandes os desafios e real a possibilidade de retrocessos;

Compromisso formativo, como princípio a avaliação como elemento central para o desenvolvimento da eficácia, eficiência e efetividade no contexto institucional.



A autoavaliação é realizada anualmente, geralmente no período de Janeiro a Fevereiro de cada ano, onde a comunidade acadêmica é mobilizada para participar. Os meios pelos quais se realiza a mobilização são: Site da Instituição, Face book, e-mail, telefone, documentos internos, assim como cartazes e folders.

Os resultados são base para os diálogos com a comunidade acadêmica, bem como com os gestores para fins de tomadas de decisões, visando à qualidade do ensino.

O relatório final da CPA - Campus Belém é encaminhado à direção geral do campus e para a CPA - Institucional. No referido relatório consta uma proposta de Plano de Melhorias para sanear as deficiências encontradas, seja no ambiente micro, no caso do curso, ou no ambiente macro, no caso do Campus, com prazos para executá-los. As ações para sanear as deficiências são monitoradas por uma comissão, onde a CPA também é membro efetivo. E assim, no próximo ciclo avaliativo a verificação do impacto das ações efetivamente realizadas

No curso Técnico em Eventos também será avaliado e acompanhado pela **Comissão Própria de Avaliação – CPA** do IFPA que fará análise das proposições e implementações de todas as atividades pedagógicas planejadas e desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem, possibilitando a identificação de pontos de deficiências e/ou discordância dos objetivos propostos para o curso e que interferem no processo ensino-aprendizagem.

18. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

O corpo social da Coordenação de Turismo, Hospitalidade e Lazer é formado por docentes, pedagogo, psicólogo e assistente social (**Quadro 4 - Apêndice 01**).

19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Conforme o PDI em vigor nas páginas 161 a 163 foi descrita pela gestão do campus, no ano de 2014, dispostas nas Tabelas a seguir:



a) Infraestrutura:

Tabela 1: Infraestrutura do Campus Belém

Tipo	Quantidade					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Alojamento	2	2	2	2	2	2
Área de Lazer/Espaço Livre	1	1	1	0	0	0
Auditório/Mini-auditórios/Centro de convenções/Anfiteatro	4	0	0	1	0	0
Biblioteca	1	0	0	0	0	0
Cantina	1	0	0	0	0	0
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	5	5	5	8	12	15
Espaço cultural	3	3	3	3	3	3
Espaço de conveniência	8	1	1	1	1	1
Espaço de Educação Esportiva	8	8	8	8	8	8
Espaço do docente e tutor	1	1	1	1	1	1
Espaço do funcionário	1	1	1	1	1	1
Espaço para atividade administrativa	50	63	78	98	122	153
Espaço para aula prática (laboratórios, consultórios, oficina, núcleo de prática, hospital)	60	75	94	117	146	183
Espaço para coordenação	48	60	75	94	117	146
Espaços multimeios	60	75	94	117	146	146
Galpão/Rancho/Paiol/Barracão	1	1	1	1	1	1
Laboratório de informática	24	30	38	47	59	73
Refeitório	1	1	1	1	1	1
Residência para servidores	0	0	0	0	0	0
Restaurante	0	0	1	1	1	1
Sala de estudos (individual/grupo)	8	10	13	16	20	20
Sala de Tele Conferência	60	75	94	117	146	146
Sala de Vídeo Conferências	60	75	94	117	146	146
Salas de aula	62	78	97	121	151	146
Sanitário fora dos prédios	8	10	13	16	20	20
Sanitários adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	4	4	4	4	4	4
Sanitários dentro dos prédios	34	34	40	44	46	48
Unidade Acompanhamento Psicológico	1	1	1	1	1	1
Videoteca	1	0	1	0	1	1
Espaços para preparo da merenda	10	0	2	0	0	0
Núcleo Docente Estruturante	15	15	15	15	15	15
Sala dos Professores	34	34	34	50	75	150

Fonte: IFPA, PDI. 2014, *mímeo*.

A Tabela a seguir, mostra de forma geral o campus Belém:

Tabela 2: Infraestrutura física do campus Belém

Descrição da Área	Área (m ²)					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Área do terreno (total)	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000
Área construída	38.285	45.785	50.285	52.785	64.285	84.385
Área Administrativa	12.762	14.218	15.819	17.944	19.756	21.387
Área pedagógica (Sala de aula, Laboratórios, Biblioteca, UEP's, etc)	15.524	15.524	21.928	30.427	38.926	45.451
Área Esportiva	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000

Fonte: IFPA, PDI. 2014, *mímeo*.



b) Equipamentos:

Ressaltamos os itens abaixo relacionados são de uso comum e podem ter sofrido alterações tendo em vista as aquisições realizadas nos anos de 2015 e previstas para 2016.

Tabela 3: Equipamentos do Campus Belém

Equipamento	Quantidade					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Aparelho de reprodução de Vídeo (DVD, etc)	15	17	18	20	22	24
Ar Condicionado de janela	300	330	363	399	439	483
Ar Condicionado/Split	150	165	182	200	220	242
Equipamento de áudio	20	22	24	27	29	32
Equipamento de Videoconferência/Teleconferência	2	2	2	3	3	3
Equipamentos Eletrônicos/Informáticos Relevantes	30	33	36	40	44	48
Equipamentos específicos (microscópio, torno, etc)	20	22	24	27	29	32
Estabilizador	300	330	363	399	439	483
Filmadora	15	17	18	20	22	24
Impressora	180	198	218	240	264	290
Máquina Fotográfica	12	13	15	16	18	19
Microcomputador	600	660	726	799	878	966
Nobrek	30	33	36	40	44	48
Notebook/netbook	100	110	121	133	146	161
Projeter Multimídia	100	110	121	133	146	161
Scanner	10	11	12	13	15	16
Servidor de Rede	2	2	2	3	3	3
Sistema Anti Furto Biblioteca	1	1	1	1	1	2
Televisão	50	55	61	67	73	81
Lousas interativas	49	54	59	65	72	79

Fonte: IFPA, PDI. 2014, *mímeo*.

c) Acervo Bibliográfico:

Consta no PDI vigente a totalidade de livros abaixo descrita. Ressaltamos que o acervo pode ter sofrido alteração tendo em vista as aquisições feitas em 2015 e 2016.

Tabela 4 – Acervo da biblioteca do campus Belém

ACERVO BIBLIOTECA	Quantidade					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Títulos	2.847	3.132	3.445	3.789	4.168	4.585
Exemplares	14.119	15.531	17.084	18.792	20.672	22.739
Periódicos	48	53	58	64	70	77
Outros - TCC, Folhetos, Dissertações, Teses, CD ROM	256	282	310	341	375	412

Fonte: IFPA, PDI. 2014, *mímeo*.



d) Acessibilidade:

Segundo o PDI - 2014-2018 (2014, p. 163), o *Campus* Belém possui em sua infraestrutura:

a) Banheiros, rampas de acesso, plataformas (Bloco C e E) que têm por objetivo atender às necessidades de acessibilidade de servidores, alunos ou membros da comunidade externa que se utilizem de cadeiras de rodas, muletas ou que possuam mobilidade reduzida, mesmo sem o uso de aparelhos ou próteses.

b) Reordenação de espaço, no ano de 2014, com o deslocamento das diretorias de Ensino e de Pessoal para o térreo do Bloco A, a fim de facilitar o acesso ao público interno e externo;

c) Em 2015 por meio de adesão a ata de registros de preços o Campus celebrou contrato com uma empresa de manutenção predial que, entre outros serviços, deverá refazer o calçamento externo a fim de facilitar toda a locomoção nas suas dependências. Nivelamento das calçadas e adaptadas para pessoas com deficiência visual e dificuldades de mobilidade; Cobertura de Passarelas existentes com vistas à proteção em tempos chuvosos, próprios de Belém;

d) Tramita, desde 2015, junto à Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém, um processo para a execução de projeto de calçamento externo no entorno do Campus para que a área possa ser transformada em "calçada cidadã".

O Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer disponibiliza para os discentes do curso um espaço climatizado de Coordenação, com sete divisões distintas compreendendo recepção, sala de professores, sala da coordenadora, laboratório, depósito de materiais de eventos, copa e banheiro, que possuem os equipamentos descritos no **Quadro 5 - Apêndice 2** - , além de outros equipamentos existentes na Instituição que estão disponíveis para uso dos docentes e discentes.

20. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Conforme o PDI (2014-2018) do IFPA enquanto integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o *campus* Belém do IFPA concebe a educação profissional, a partir dos seguintes princípios:



Neste sentido, as ações educacionais do IFPA sustentam-se nos seguintes princípios advindos da Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- responsabilidade social;
- garantia da qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão;
- compromisso com a tecnologia e o humanismo;
- respeito aos valores éticos, estéticos e políticos;
- articulação com empresas, família e sociedade;
- currículo Integrado;
- verticalização do ensino e a sua integração com a pesquisa e a extensão;
- difusão do conhecimento científico e tecnológico, e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- relação orgânica com formação geral do ensino médio na preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, na perspectiva do desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva;
- integração entre educação e trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular;
- indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- integração de conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva da articulação entre saberes específicos, tendo a pesquisa como eixo nucleador da prática pedagógica;
- trabalho e pesquisa, respectivamente, como princípios educativo e pedagógico;
- indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- interdisciplinaridade que supere a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular disciplinar;
- contextualização que assegure estratégias favoráveis à compreensão de significados e integrem a teoria à vivência da prática profissional;
- articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos produtivos locais;
- reconhecimento das diversidades dos sujeitos, inclusive de suas realidades étnico- culturais, como a dos negros, quilombolas, povos indígenas e populações do campo;
- reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, que estabelecem novos paradigmas;
- autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade educacional;
- flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais;
- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem competências profissionais, objetivando desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas



- socioeconômico-ambientais, configurando o técnico a ser formado;
- atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados com base em ampla e confiável base de dados. (BRASIL 2012, p. 31)

Tais princípios contribuem para a promoção, integração e a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, bem como o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes, necessário ao permanente exercício da laboralidade, que é a essência dos fazeres no campus Belém.

A articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão fundamentadas:

- a) Na utilização das Tecnologias como elemento fundante da formação profissional aqui ofertada;
- b) Na pesquisa como princípio pedagógico, entendida como elemento propulsor dos saberes produzidos no ensino, incorporados ao Capital Social institucional através do NIT, e funcionando como devolutiva a ser socializada pela extensão tecnológica contribuindo para a elevação escolaridade da população e transformação da realidade social.
- c) Na valorização da idéia do campus Belém como centro do conhecimento encarregado de desencadear as transformações de infraestruturas; e das relações dos papéis do professor e do aluno; os modelos de organização e gestão;

O norteamento adotado nessa perspectiva da pesquisa como princípio pedagógico, proporciona a construção de um sujeito trabalhador dotado de curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gerando inquietude, possibilitando o protagonismo na busca de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos.

A formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, pressupõe um locus de atuação que é o mundo do trabalho, onde o Ensino é o ponto de partida para apreender essa realidade social através das disciplinas ofertadas na matriz curricular; a Pesquisa é a definição ou redefinição em termos sociais partindo dos conhecimentos existentes; a Extensão configura-se na importância do conhecimento apreendido e ampliado que vai materializar-se na intervenção nessa realidade.



Os saberes a serem ensinados estão integrados na matriz curricular dos Cursos ofertados. Os saberes a serem desenvolvidos na pesquisa, após sofrerem transformações através de redefinições e definições próprias da pesquisa no âmbito escolar e na extensão, são aplicados no mundo do trabalho, tendo suporte na atuação dos Núcleos: NAPNE (Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais), NEAB (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros) e NEAM (Núcleo de Estudos em Educação Ambiental) co-articulados pelo NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica).

A materialização dessas práticas são desenvolvidas através do PIBICT, PIBEX e Projetos de Ensino, PIBID, PRODOCÊNCIA e outros, não financiados.

A socialização dos produtos é realizada durante a Semana Científica de Ensino-Pesquisa-Extensão, e em eventos específicos tais quais: Seminário Integrador das Licenciaturas, Projetos Integradores e outros, que ocorrem no IFPA campus Belém. Outras formas de divulgação ocorre ainda em eventos como o MEIB, SETECI, Seminário Institucional PIBID, Congresso Nacional de Diversidades e Questões Etnicorraciais e outros.

O Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer vem desenvolvendo pesquisas científicas que envolvem todo o sistema turístico, inclusive a área de eventos, através de grupo de pesquisa “Turismo, pesquisa e mercado: novas abordagens teóricas, práticas e metodológicas”, certificado pela instituição e cadastrado na plataforma *Lattes*. Assim, o curso técnico em eventos estará ativamente ligado as pesquisas relacionadas às demandas do setor, pretendendo realizar pesquisas no mercado local e regional na intenção de identificar as necessidades de empresários e clientes em geral quanto à prestação dos serviços oferecidos pelos alunos/profissionais que estão atuando na prática da área de eventos.

O curso Técnico em Eventos considerará como atividades de extensão quaisquer tipos de atividades que envolvam, mesmo que parcialmente, consultorias, assessorias, cursos, simpósios, conferências, seminários, debates, palestras, atividades assistenciais, artísticas, esportivas, culturais e outras afins, propostas individual ou coletivamente, realizadas no Instituto ou fora dele. As atividades de extensão serão de responsabilidade do curso e envolverá a comunidade acadêmica, bem como a comunidade social do entorno da instituição e da sociedade em geral.



21. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

As políticas de inclusão social trabalhadas no âmbito do IFPA – Campus Belém, serão apresentadas a seguir:

21.1. Política de Inclusão Social e Atendimento a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A educação inclusiva é um tema bastante atual e vem ganhando grande repercussão no contexto da política educacional do nosso país que, inspirada na concepção de direitos humanos, busca mudanças significativas no sistema educacional, ou seja, a garantia do direito de todos à educação, ao acesso e à permanência e continuidade de estudos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) representou um avanço por compreender a inclusão escolar como uma inovação educacional; como uma forma diferente de conceber o conhecimento escolar, por demandar uma releitura do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, esse documento busca instituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos. Seu objetivo é proporcionar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência (física, intelectual ou sensorial), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas de ensino regular.

Esses direitos foram reafirmados e ampliados com a promulgação da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que, após um período de 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, trouxe verdadeiros avanços na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. A LBI reformulou várias leis brasileiras (o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, Código Civil, a CLT, entre outros) que não atendiam ao novo paradigma de inclusão das pessoas com deficiência. (BRASIL/LBI, 2015).

Em relação à Educação, a nova Lei vem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino e durante toda a vida, como demonstram os Artigos. 27 e 28, destacando o inciso XIII deste último, que se refere à Educação Superior e Profissional. (BRASIL/LBI, 2015, p. 12-13).



Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

Nesse contexto, quando falamos em inclusão, pensamos em uma sociedade que valoriza a diversidade humana e aceita as diferenças individuais. Uma sociedade que entende e reconhece o outro, que possibilita o convívio e o compartilhamento de oportunidades reais, não necessariamente iguais, para todos, sem distinção ou discriminação. Estamos falando de uma sociedade inclusiva que valoriza a heterogeneidade em detrimento da igualdade.

É com base nessa concepção de diversidade e de inclusão que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – *Campus Belém* vem desenvolvendo **diretrizes e ações** que visam construir e consolidar uma política de inclusão que respeita as diferenças na busca por um sistema educacional inclusivo. Essas diretrizes surgiram como uma forma de reconhecer a diversidade, na perspectiva de reconhecimento das diferenças, objetivando resgatar valores sociais voltados para a igualdade de direitos e de oportunidades para todos, sem distinção, visando à cidadania e a universalização de direitos.

Nesse contexto, as diretrizes adotadas pelo Instituto em prol da inclusão se iniciaram com a implantação, em 2002, do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP, no Âmbito da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica – RFEPT, que se efetivou por meio da criação do **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE**.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE foi criado para dar efetividade às ações do Programa TEC NEP, que visa expandir a oferta de educação profissional, possibilitando o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos das pessoas com deficiências. Desta forma, o NAPNE



foi concebido como um setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação da Ação TEC NEP no âmbito interno.

O **NAPNE** é o núcleo responsável pela promoção da cultura da educação para a convivência, pela aceitação da diversidade, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a possibilitar a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, desenvolvendo ações que promovam a igualdade de oportunidade para todos, respeitando suas diferenças.

De acordo com o Art. 2º da LBI, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, consideram-se pessoas com necessidades educacionais específicas todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista e outros transtornos de aprendizagem. As competências e atribuições do Núcleo, bem como sua organização e forma de funcionamento serão discutidos e estabelecidos em **Regulamento** próprio, por meio de Comissão ou Grupo de Trabalho constituído pelos coordenadores dos NAPNE's de todos os campi e organizado pela Coordenação de Diversidade da PROEN/IFPA.

21.2. A Política de Assistência Estudantil no IFPA - Campus Belém

A Política de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém, configura-se por meio da concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino e modalidades que são ofertados pela Instituição, voltados prioritariamente para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, elegendo como prioridade aquelas necessidades consideradas básicas previstas pelo Decreto 7.234 de 19/07/2010.



As ações de Assistência Estudantil são elencadas no Plano Anual de Assistência Estudantil, por meio de linhas de atendimento, nas quais envolvem setores estratégicos ligados à pesquisa, ensino e extensão como forma de fortalecer e apoiar as ações que visam o êxito acadêmico.

O Plano de Assistência Estudantil no Campus Belém é acompanhado pelo Fórum de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, conforme previsto na Resolução nº 134/2012 - CONSUP, a qual regulamenta a Política de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Enquanto política de inclusão ao estudante apresenta-se também o Programa Bolsa Permanência – PBP, criado pela Lei nº 12.801/ 2013, que se define como uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O Programa atende como público alvo os estudantes de cursos de nível superior com carga horária igual ou superior a cinco horas diárias.

21. 3. Política do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros)

O NEAB do IFPA Campus Belém tem ações que vem sendo desenvolvidas desde 2005 no então CEFET-PA, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Belém, objetivando contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003 a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e de seus aportes legais.

O NEAB do *campus* Belém tem a especificidade de ser o primeiro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o primeiro no âmbito do IFPA.

A existência do NEAB no combate às desigualdades etnicorraciais na educação, referenda uma especificidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, como instituição centenária de ampliar seu leque para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, tornando-se um eficaz instrumento em



relação ao campo de atuação do Núcleo na implementação da legislação com o trato das questões etnicorraciais (ROCHA, 2010).

A atuação do Núcleo faz-se necessária na perspectiva da visualização inclusiva para a qual a instituição foi criada através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, na gestão do então presidente Nilo Peçanha, haja vista, o entendimento no qual “leva-se em conta os dispositivos da exclusão aos quais os afrodescendentes foram submetidos por ocasião de toda uma conjuntura social e histórica ocorrida em nosso país” (ROCHA, 2010, p. 18)

Para viabilizar o acesso de afrodescendentes nos cursos do IFPA Campus Belém, o Instituto conta com o NEAB, cujo papel é definido em legislação própria a partir do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino em História e Cultura Afrobrasileira e Africana, obedecendo dessa forma à implementação do Artigo 26 A da LDB 9394/1996 suscitada pela Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

Diante do quadro de ações implementadas no IFPA campus Belém, é pertinente um olhar para a questão legal no que tange ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, destacando-se:

Principais Ações das Instituições de Ensino Superior

- a) **Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;**
- b) **Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes;**
- c) **Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;**
- d) **Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a temática da Lei 11645/08;**



- e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicorraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
- f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Etnicorraciais;
- g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica. (BRASIL, 2009, p. 38-39)

No que tange ao NEAB o Plano prevê:

Principais Ações Para os Núcleos de Estudos e Grupos correlatos

- a) Colaborar com a Formação Inicial e Continuada de Professores e graduandos em educação das relações Etnicorraciais e ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004, e da Lei 11645/08, quando couber;
- b) Elaborar Material Didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das relações Etnicorraciais e História e cultura afro-brasileira e africana que atenda ao disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004;
- c) Mobilizar recursos para a implementação da temática de modo a atender às necessidades de formação continuada de professores e produção de material didático das Secretarias municipais e estaduais de educação ou/e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias de educação que atendam à temática;
- d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos Sistemas de Educação;
- e) Manter permanente diálogo com os Fóruns de Educação e Diversidade Etnicorracial, os Sistemas de Educação, Conselhos de Educação, sociedade civil e todas as instâncias e entidades que necessitem de ajuda especializada na temática;
- f) Atender e orientar as Secretarias de Educação quanto às abordagens na temática das relações etnicorraciais, auxiliando na construção de metodologias de pesquisa que contribuam para a implementação e monitoramento das Leis 10639/2003 e 11645/08, quando couber; (BRASIL, 2009, p. 42)

E, enquanto participante da Rede de Educação Profissional de Educação, Ciência e Tecnologia, cabe à Instituição, no que tange aos Cursos ofertados:

Principais ações para Educação Tecnológica e Formação Profissional

- a) Incrementar os mecanismos de financiamento de forma a possibilitar a expansão do atendimento, possibilitando maior acesso dos jovens, em especial dos afrodescendentes, a esta modalidade de ensino;
- b) Garantir que nas Escolas Federais, agrícolas, centros, institutos e Instituições Estaduais de Educação Profissional, existam Núcleos



destinados ao acompanhamento, estudo e desenvolvimento da Educação das Relações Etnicorraciais e Políticas de Ação Afirmativa;

c) Manter diálogo permanente entre os Fóruns de Educação e Diversidade e as instituições das Redes de Educação Profissional e Tecnológica;

d) Inserir nos manuais editados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica as diretrizes e demais documentos norteadores de currículos e posturas, os conceitos, abordagens e metas descritos nos documentos deste Plano, no que se refere as ações para Ensino Médio e Ensino Superior;

e) Os Institutos Federais, Fundações Estaduais de Educação Profissional e instituições afins, deverão incentivar o estabelecimento de programas de pós-graduação e de formação continuada em Educação das Relações Etnicorraciais para seus servidores e educadores da região de sua abrangência;

f) A SETEC, em parceria com a SECAD e os Institutos Federais, contribuirá com a sua rede e os demais sistemas de ensino pesquisando e publicando materiais de referência para professores e materiais didáticos para seus alunos na temática da educação das relações etnicorraciais. (p. 52-53)

A **criação do NEAB** na estrutura organizacional da instituição, através da Portaria nº 26-GAB de 07/06/2006, possibilitou o início de ações no sentido de implementar a Lei nº 10.639/2003 no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Em 26 de novembro de 2010, já Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, o CONSUR através da Resolução 053/2010 aprova a alocação de NEAB's em todos os campi do IFPA. Dessa forma, o NEAB criado em 2006 passa responder pelo Campus Belém através da Portaria 276/2010.

O Núcleo trabalha com dois focos ou duas lentes: a **formação inicial e continuada de professores** e a **produção de materiais didáticos**, aqui entendidos como Tecnologias Educacionais, conforme a concepção de Pinto (2005) que trata do conceito como prática concreta de uma concepção ideológica, ou seja, a partir de um arcabouço teórico sólido propõe-se a construção de **instrumentos pedagógicos de intervenção** com vistas à democratização da instrumentalização técnica da tecnologia.

Nos Cursos de Formação de Professores foi implantada desde 2007 a **disciplina Educação para Relações Etnicorraciais, com carga horária de 40h, obrigatória** para as Licenciaturas presenciais, na modalidade a distancia, PARFOR e em regime de alternância ofertadas pelo IFPA.

Na Formação Continuada, o NEAB atua na oferta anual do Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais, desde 2007 aos dias atuais. Oferta ainda, o Curso de Especialização em Educação para Relações



Etnicorraciais - História e Cultura Afrobrasileira e Africana na modalidade semipresencial aos professores da Rede Estadual por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM) – em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e execução pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica (COMFOR), em conjunto com a Coordenação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOP) e da Secretaria Executiva do FORPROF/PA.

Ofertou ainda os seguintes Cursos de Aperfeiçoamento: **Curso de Aperfeiçoamento de Políticas Públicas de Relações Etnicorraciais**, patrocinado pelo MEC/SESU através do Projeto UNIAFRO sendo realizado no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007 com carga horária de 180h; **Curso de Aperfeiçoamento de Aplicação da Lei nº 10.639/2003** patrocinado pelo MEC/SESU/PROEXT com carga horária de 180h no período de abril a junho de 2007; **Curso de Aperfeiçoamento em Educação para Relações Etnicorraciais** com carga horária de 180h, na **modalidade a distancia**, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil em convênio com a SECAD/MEC, o IFPA ofertou de agosto de 2009 a março de 2010 em dez pólos do Sistema UAB (Juruti, Conceição do Araguaia, Salinópolis, Moju, Tucumã, Canaã dos Carajás, Muaná, Tailândia, Redenção, Santana do Araguaia); **Curso de aperfeiçoamento em educação em direitos humanos; Curso de aperfeiçoamento em educação de jovens e adultos na diversidade.**

Ao todo, fazem parte do Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB, 75 (setenta e cinco) Tecnologias Educacionais e está em andamento no ano de 2016 a construção de mais 16 (dezesesseis) Tecnologias Educacionais nas Turmas de Licenciaturas, Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais e nos Projetos de Extensão do NEAB com alunos dos Cursos de Formação de Professores. Além disso, o NEAB tem no seu quadro de Bolsistas alunos dos cursos de Educação Básica, Engenharias e Tecnologias, com o patrocínio do PIBEX.



Desde 2008 é promovido anualmente um evento que denominou-se Seminário de Diversidade e Questões Etnicorraciais do IFPA que chegou a sua quinta versão, e transformou-se no Congresso Nacional de Diversidades e Questões Etnicorraciais, que encontra-se em 2016 em sua quarta versão. Objetiva oportunizar um espaço amplo de discussão, debate e divulgação de pesquisas sobre a diversidade etnicocultural e temáticas afins no contexto educacional da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e do IFPA, bem como reunir professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e demais profissionais das diversas áreas do conhecimento interessados na discussão da temática no tocante à implementação da Lei nº 10.639/2003 e divulgar as ações do NEAB-IFPA viabilizando os projetos implantados no âmbito institucional.

O NEAB-IFPA possui uma biblioteca setorial instalada na Sala da Coordenação do Núcleo, localizado no Bloco E, funcionando para consulta e empréstimo aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação.

O Núcleo, mantém publicações próprias visando divulgar as ações desenvolvidas na Educação Básica, na Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo livros e fascículos.

Nesse aspecto, o curso Técnico de Eventos vem desenvolvendo ações voltadas para formação acadêmica articulado às atividades de ensino, pesquisa e extensão com as políticas de inclusão descritas acima, na perspectiva de colaborar com as políticas de inclusão social nacionais, regionais e locais, promovendo ações no sentido de garantir o acesso dos discentes do curso a conhecimentos sobre os pressupostos didático-pedagógicos da Educação Especial e Inclusão Escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, no campo das relações etnicorraciais e na questão financeira dos discentes através da assistência estudantil.

Nessa política tem-se, a princípio, a oferta do componente curricular **Relações Humanas e Inclusão Social** com a carga horária de 80 horas, articulando conhecimentos teórico/práticos da área. Também, como ação propõe-se analisar e divulgar propostas de reordenação física do espaço institucional de modo a garantir a acessibilidade de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e/ou limitação para se locomover nos espaços públicos, em especial nas dependências da



instituição, articulada com o Núcleo de Auxílio aos Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE.

Em relação a política de relações etnicorraciais, o Curso de Eventos desenvolve projetos de pesquisa e extensão junto ao NEAB, envolvendo os discentes nos programas de pesquisa e extensão PIBCT e PIBEX.

22. DIPLOMAÇÃO

A diplomação é realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, no que se refere aos cursos técnicos na forma integrada e subsequente, pela Divisão de Registro, Controle e Indicadores (DRCIN) e no que diz respeito aos cursos superiores pela Coordenação Geral de Legislação, Registro e Indicadores Educacionais (CGLRIE) vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) deste Instituto.

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme o Art. 208 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA de 21 de maio de 2015, a integralização curricular consiste no cumprimento com aproveitamento dos componentes curriculares obrigatórios e da carga horária dos componentes optativos, quando previstos no Plano Pedagógico de Curso (PPC), e atividades acadêmicas específicas de uma estrutura curricular definidas no PPC.

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, integrados ao ensino médio no âmbito do PROEJA e na forma subsequente, bem como do título de técnico (a) na respectiva habilitação profissional, são requisitos necessários a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo a conclusão da prática profissional e/ou estágio curricular estabelecidos em PPC.

Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, assim como nas orientações repassadas pela CGLRIE-PROEN deste IFPA em forma de Tutorial, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio,



anexar cópias dos seguintes documentos, e protocolar no Campus de conclusão do curso:

I) Documentos obrigatórios para o diploma de Técnico e Graduação (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado), que o estudante deverá anexar:

- a) Documento de identificação oficial;
- b) Certidão de nascimento ou casamento;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Título eleitoral com quitação eleitoral;
- e) Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)
- f) Comprovante de isenção de débito com a Biblioteca do Campus;

II) Documentos obrigatórios para diploma de técnico de nível médio na forma subsequente, que o estudante deverá anexar também:

- a) Histórico escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
- b) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;

O discente do Curso Técnico em Eventos, obedecendo ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2014), após integralizar todos os componentes curriculares estabelecidos neste Plano de Curso será diplomado pelo IFPA/Campus Belém, com a habilitação em **TÉCNICO EM EVENTOS**. Este diploma dará direito a prosseguir estudos e possibilidade de acesso ao mundo do trabalho.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal nº 9.394/96 – 20/12/1996. Brasília, 1996

_____. **Lei 10.639/03 – 20/12/1996**. Brasília, 2003.

_____. **Lei 11.645/08 – 20/12/1996**. Brasília, 2008.

MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Resolução CNE/CEB nº 04/2012 – Brasília, 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Resolução CNE/CEB nº 04/1999. Brasília, 1999.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 02/2001. Brasília, 2001.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Área profissional turismo e hospitalidade. Brasília, 2000.

IFPA. **Normativa para Projeto Pedagógico de Curso do IFPA**. Resolução nº235/2014 Consup/IFPA. PROEN/IFPA. Belém, 2014.

_____. **Regulamento Didático-Pedagógico Do Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará**. PROEN/IFPA. Belém, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 27, p. 5-24, 2004.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações**. 5a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



ANEXOS e APÊNDICES



APÊNDICE 1 – QUADRO 4

Quadro 04 – DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

Descrição do Corpo Docente			
NOME	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Cibele Rossana Funck Donato	889.644.851-49	Bacharel em Turismo – UNICRUZ Especialização em Marketing - UNICRUZ	Dedicação exclusiva
Geisa Costa Coelho	665.049.532-87	Bacharel em Turismo – UFPA Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – UNUMA Especialização em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo – UFPA Mestra em Antropologia - UFPA	Dedicação exclusiva
Jacirene da Silva Queiroz	750.575.142-53	Técnico em Planejador e Organizador de Eventos – CEFET/PA Bacharel em Turismo – UFPA Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – UFPA	Dedicação exclusiva
Maria Lúcia da Silva Soares	222.246.292-49	Bacharel em Turismo – UFPA. Especialista em Administração Hoteleira - UFBA. Especialização em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo – UFPA Mestra em Educação - UNB	Dedicação exclusiva
Marinete Silva Boulhosa	467.005.602-68	Bacharel em Turismo – UFPA. Especialização em Ecoturismo – NUMA/UFPA Especialização em Educação Ambiental - NUMA/UFPA. Especialização em Desenvolvimento de Áreas	Dedicação exclusiva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



Campus
Belém

		Amazônicas – NAEA/UFPA. Mestra em Antropologia – UFPA.	
Márcia Josefa Bevone Costa	587.617.212.04	Bacharel em Turismo – UFPA Especialização em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo – UFPA Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – UFPA.	Dedicação exclusiva
Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral	561.352.202-25	Bacharel em Turismo – UFPA Especialização em Planejamento, Meio Ambiente e Gestão Pública – FIPAN/UFPA Mestra em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/UFPA Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU/UFPA	Dedicação exclusiva
Regina Maria Matos Vianna	243.333.602-34	Bacharel em Turismo – UFPA. Especialização em Ecoturismo – NUMA/UFPA.	Dedicação exclusiva
Yngreth da Silva Moraes	837.512.892- 91	Técnico em Planejador e Organizador de Eventos – CEFET/PA Tecnólogo em Hotelaria – FAZ Especialista em Educação para as Relações Etno-raciais - IFPA Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – UFPA	Dedicação exclusiva
Descrição do Corpo Técnico Administrativo			
NOME	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Adriana M. N. de Souza Porto	800.093.102-82	Licenciatura em Pedagogia; Mestrado em Educação.	40 Horas
Alexandre Santos da Silva	381.332.702-78	Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Metodologia da Educação	40 horas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



		Superior.	
Elaine Ribeiro Gomes	452.652.912-53	Licenciatura em Pedagogia; Mestrado em Educação.	40 horas
Elaine Cristina de Miranda Wanzeler	752.536.582-20	Licenciatura em Biologia; Mestrado em Zoologia.	40 horas
Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva	856.757.172-34	Licenciatura em Letras; Mestrado em Letras.	40 horas
Adélia de Moraes Pinto	256.183.342-91	Graduação Bibliotecária	40 h
Gisela Fernanda Monteiro Danin	787.097.252-53	Graduação Bibliotecária	40 h
Lilian Cristina Santos de Oliveira	524.982.472-20	Graduação Bibliotecária	40h
Maria José Souza dos Santos	393.011.682-00	Graduação Bibliotecária	40h
Maria Suely da Silva Corrêa	033.175.012-00	Graduação Bibliotecária, Pós-graduada.	40 h
Raimundo Matos Monteiro Júnior	426.246.812-72	Graduação Bibliotecária	40 h
Simone Nazaré da Silva Coutinho	396.953.102-06	Graduação Bibliotecária	40 h
Claudia Portela dos Santos	440.438.482-34	Graduação Assistente Social	40 h
Roseane do Socorro Brabo da Silva	638.583.202-34	Graduação Assistente Social	40h

DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DE FORMAÇÃO COMUM

NOME	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS	C.P.F
Aldo Luiz Fernandes Souza	Doutorado	GEOGRAFIA III	608.061.502-97
Aline Reis de Oliveira Araujo	Mestrado	GEOGRAFIA I E II	645.834.492-91
Catia Oliveira Macedo	Doutorado	GEOGRAFIA I E II	411.109.862-20
Cledson Nahum Alves	Mestrado	GEOGRAFIA I E II	637.225.422-00
Marcelo Henrique Vilhena da Silva	Graduado	QUIMICA I, II, III, IV	709.199.762-04
Ronaldo da Cruz Braga	Mestrado	GEOGRAFIA I, II E III	708.485.132-15
Shirley Capela Tozi	Mestrado	GEOGRAFIA I	598.712.102-72
Tiago Veloso dos Santos	Doutorado	GEOGRAFIA II E III	790.766.292-34
Vera Lucia Martins Figueiredo	Mestrado	*****	032.649.472-34
Afonso de Ligory Brandao Saife	Especialista	ED FISICA	174.832.552-34
Alam dos Reis Saraiva	Doutorado	ED FISICA	318.877.242-49



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



Campus
Belém

Antônio Claudio do Rosário Souza	Doutorado	ED FISICA	167.706.172-34
Biratan dos Santos Palmeira		ED FISICA	341.474.032-04
Giselle da Cruz Moreira	Mestrado	ED FISICA	189.09.779-268
Hildebrando Augusto Belfort Lisboa		ED FISICA	102.517.126-8
Ivana Barbosa Freitas	Especialista	ED FISICA	139.901.602-49
Luiz Claudio Acacio Barbosa	Mestrado	ED FISICA	098.568.202-78
Neyber Joaquim Fontes Barata	Mestrado	ED FISICA	186.607.382-68
Osvaldo Magalhaes da Silva	Especialista	ED FISICA	023.741.292-68
Andrea dos Santos Azevedo		ED FISICA	263.063.602-04
Benedito Tadeu Ferreira de Moraes	Doutorado	FISICA II	167.749.902-82
Charles da Rocha Silva	Doutorado	FISICA I, II, II E IV	167.749.902-82
Daniel Palheta Pereira	Doutorado	FISICA I	354.085.882-20
Hardiney dos Santos Martins	Doutorado	FISICA I, II, II E IV	764.612.892-91
Joao Bosco Soares Pampolha Jr	Doutorado	FISICA I,II,III	373.274.702-63
Joao Paulo da Silva Alves	Doutorado	FISICA I, II, II E IV	789.546.222-91
Leonardo Oliveira do Nascimento	Doutorado	FISICA I, II, II E IV	834.457.492-72
Luiz Arlindo Ramos de Melo	Mestrado	FISICA I, II, II E IV	088.553.152-34
Marcelo de Souza Ribeiro	Doutorado	FISICA I, II, II E IV	490.716.702-44
Pedro Estevão da Conceição Moutinho	Mestrado	FISICA I E III	081.471.592-34
Marcio Benicio de Sa Ribeiro	Especialista	FISICA I, II, II E IV	426.376.862-00
Adjair Sousa Correa	Graduado	QUIMICA I, II E III	058.850.782-20
Celio Hitoshi Wataya	Doutorado	QUIMICA I, II E III	030.744.088-55
Cleber Silva E Silva	Doutorado	QUIMICA I, II E IV	423.668.602-34
Edison Almeida Rodrigues	Doutorado	QUIMICA INORGANICA	055.880.302-49
Gundisalvo Piratoba Morales	Doutorado	QUIMICA AMBIENTAL	508.863.632-68
Milton Nazareno Monteiro Pereira	Graduado	QUIMICA I, III, IV QUIMICA ORGANICA E BIOQUIMICA	223.385.432-20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



Campus
Belém

Ricardo Morais de Miranda	Mestrado	QUIMICA I, II, III E IV	517.758.592-15
Rosa Laura Barra E Silva	Mestrado	QUIMICA I, II E III	039.936.712-87
Johny da Silva Oliveira	Mestrado	QUIMICA I E II	806.223.052-04
Sady Salomão da Silva Alves	Mestrado	QUIMICA I, II, III E IV	585.487.422-91
Solange Maria Vinagre Correa	Doutorado	QUIMICA I, III E IV	057.466.632-04
Adalcilena Helena Cafe Duarte		*****	590.041.852-91
Ana Patricia de Oliveira Fernandez	Doutorado	*****	362.529.132-00
Celiamar Costa Simões Moreira	Mestrado	*****	066.900.502-97
Ermelinda Nobrega de Magalhaes	Mestrado	*****	126.759.622-87
Glaucia de Jesus Costa	Mestrado	*****	567.987.332-04
Helena do Socorro Campos da Rocha	Mestrado	*****	214.406.622-15
Marcia Cristina Lopes E Silva	Mestrado	*****	430.731.742-49
Marilene Ferreira do Nascimento	Mestrado	*****	192.990.442-87
Sonia de Fatima Rodrigues Santos (Afastada)	Doutorado	*****	185.645.202-65
Sonia Regina Silva Duarte	Mestrado	*****	040.559.003-25
Marinilda da Gama Viana Ribeiro	Especialista	*****	316.276.502-10
Edson Costa Cruz	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	264.706.752-04
Fernando Cardoso de Matos	Mestrado	MATEMATICA I, II E III	331.247.792-15
Glauco Lira Pereira	Doutorado	MATEMATICA II	661.455.202-30
Joao Carlos de Jesus Gomes da Silva	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	066.680.032-49
Joaquim Clemente da Silva Filho	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	039.823.432-91
Jose Carlos de Moraes Guedes	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	134.853.772-87
Marco Antônio de Oliveira Freitas	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	227.741.572-34
Maria Lucia Pessoa Chaves Rocha	Doutorado	MATEMATICA I, II E III, IV	134.979.282-91
Paulo Sergio Rabelo de	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	086.598.502-20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



Campus
Belém

Souza			
Francisco Fialho Guedes Ferreira	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	412.983.573-49
Reginaldo da Silva	Doutorado	MATEMATICA I, II E III, IV	157.801.802-10
Raimundo Neves de Souza	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	087.842.052-53
Raimundo Otoni Melo Figueiredo	Mestrado	MATEMATICA I, II E III, IV	282.499.332-49
Rita Sidmar Alencar Gil	Doutorado	MATEMATICA I, II E III, IV	078.028.702-91
Ana Maria Leite Lobato	Doutorado	ARTES I	146.548.062-53
Antoinette Frances Brito	Mestrado	PORTUGUES I, III E IV	056.211.352-53
Antonia Elizabete Romanowsky	Graduado	LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES/ ESPANHOL)	330.046.502-82
Assuncao Silva da Cruz	Graduado	PORTUGUES I, II, III E IV	*****
Joao Manoel Damous Castro	Especialista	PORTUGUES I, II, III E IV	*****
Julia Antonia Maués Correa	Doutorado	PORTUGUES III E IV	087.850.662-49
Lairson Barbosa da Costa	Mestrado	PORTUGUES I	070.984.992-34
Leila Telma Lopes Sodre	Especialista	PORTUGUES I E IV	120.974.032-04
Maria da Luz Lima Sales	Especialista	PORTUGUES I, II, III E IV	541.735.079-68
Regina Coeli Moraes Krelling	Mestrado	LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES/ ESPANHOL)	105.054.072-72
Sandra Helena Ataíde de Lima	Mestrado	PORTUGUES I, II, III E IV	081.938.942-00
Silvia Sueli Santos da Silva	Doutorado	ARTES I E II	208.360.072-04
Valcir Oeiras Cardel	Especialista	PORTUGUES I, II, III E IV	166.615.322-20
Abraao Santos de Sousa	Especialista	ARTES I	411.578.422-91
Rosineide de Belém Lourinho dos Santos	Mestrado	ARTES I	401.639.702-20
Weiller Adriana da Silva P. Lucena de Oliveira	Especialista	ARTES I	425.842.992-91
Alessandra Greyce Gaia Pamplona	Mestrado	LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES/ ESPANHOL)	794.130.302-78
Claudia Regina Salgado Soares	Especialista	LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES)	102.750.018-81
Flavio Reginaldo Pimentel	Mestrado	LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES/ ESPANHOL)	580.220.071-53
Herminio Tavares Sousa dos Santos	Mestrado	*****	683.801.782-20
Fernando do Nascimento Moller	Especialista	PORTUGUES I, II III E IV	836.738.222-68



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO



Campus
Belém

Jair Alcindo Bobo de Lelo	Doutorado	PORTUGUES I, II III E IV	264.346.442-72
Marcelo de Sena Pinheiro	Mestrado	BIOLOGIA I, II E III	004.206.542-91
Antônio da Silva Ferro	Mestrado	BIOLOGIA I, II E III	004.206.452-34
Henrique Gomes de Andrade Neto	Mestrado	BIOLOGIA I, II E III	028.883.602-25
Jedna Kato Dantas	Mestrado	BIOLOGIA I, II E III	704.582.002-04
Laudemir Roberto Ferreira Araujo	Mestrado	BIOLOGIA I, II E III	301.721.362.53
Roberto Vilhena do Espirito Santo	Doutorado	BIOLOGIA I, II E III	584.133.627-04
Ana Cassia Sarmiento Ferreira	Doutorado	BIOLOGIA I, II E III	431.106.302-49
Antonio Djalma de Souza Vasconcelos	Mestrado	*****	043.991.452-34
Brenda Oliveira da Costa	Mestrado	BIOLOGIA I, II E III	837.257.762-53



APÊNDICE 2 - QUADRO 5

Quadro 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Espaço	Móveis	Quant	Equipamentos	Quant
Coordenação	Mesas	01	Computador	06
	Bancadas	01	Impressora	01
	Poltronas	01	Câmara fotográfica	01
	Criado mudo	02	Filmadora	01
	Armário	01	Central de ar	03
	Arquivo	01	GPS	01
	Prateleira	02	Gravador de bolso	01
	Cadeiras	01	Aparelho telefônico	02
				Scanner
			webcam	01
Laboratório de Hospitalidade e Lazer	Mesas,	03	Computador	01
	Cadeiras	27	Impressora	01
	Poltronas	01	Microfones	02
			Micro-system	01
			Televisão 32"	01
			Aparelho de Dvd	01
			Aparelho de	01
			Scanner	01
			Ar condicionado	01
			Quadro branco	01
		Telão de projeção		
Copa	Mesa,	02	Geladeira	01
	Cadeiras	03	Bebedouro	01
	Armário	01		
Salas de aula – 07	Carteiras,	40	Ventiladores /Ar	16
	Mesas,	07	condicionado	
	Poltronas	10		
Sala dos professores	Armários	03	Computador	03
	Bancadas	03	Impressora	02
	Cadeiras.	08		
Transporte				
Ônibus (52 lugares)		01		
Micro-ônibus (22 lugares)		02		



APÊNDICE 3 – TABELA 5

Tabela 5 – TABELA DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS DO CURSO TÉCNICO E EVENTOS

TABELA DE PRÁTICA PROFISSIONALIZANTE – TÉCNICO EM EVENTOS NA FORMA SUBSEQUENTE			CH TOTAL
ATIVIDADES SUPERVISIONADAS	Período Letivo	CH por Atividade	
Atividades relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas e práticas que resultarão na organização da Seletiva do projeto/evento de integralização de curso, sob orientação, acompanhamento e avaliação dos professores deste período letivo.	1º semestre	30h	130h
Atividades relacionadas ao desenvolvimento e aplicação de técnicas direcionadas a organização do projeto/evento de integralização de curso.	2º semestre	40h	
Atividades relacionadas a realização/execução do evento de integralização de curso.	3º semestre	60h	
Atividades de ensino, pesquisa e extensão – categoria de participação desenvolvidas ao longo do curso			CH Total
Atividades de micro-estágio de organização de eventos			30h
Participação em eventos organizados pela instituição – participante na organização/execução. Válido mediante apresentação de documento comprobatório (declaração, certificada).		15h	
Participação em eventos interno e/ou externo – Mestre de Cerimônia. Válido mediante apresentação de documento comprobatório (declaração, certificada).			
Participação em trabalhos de recepção (receptionista) - Válido mediante apresentação de documento comprobatório (declaração, certificada).			
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural			30h
Projeto de ação social - Serviços prestados à comunidade, vinculados a uma ação extensionista do campus Belém. Válido mediante apresentação de documento comprobatório (declaração, certificada).		15h	
Serviços prestados à comunidade, vinculados a uma ação extensionista da Instituição: Ação voluntária, Válido mediante apresentação de documento comprobatório (declaração, certificada) do órgão/professor responsável.			
Participação em Projeto (bolsista ou não bolsista) vinculado a ações de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Válido mediante apresentação de documento comprobatório (declaração, certificada, relatório de atividade) do Setor/ Departamento/ professor responsável.			
Visitas Técnicas (2h por visita)		10h	
Estágios curricular		170h	160h
Carga horária total de Prática Profissional			160h



APÊNDICE 4 - CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

Frente as constantes modificações do mercado, da tecnologia, do conhecimento, enfatizamos a necessidade de capacitação dos nossos profissionais, para mantermos qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 06 - CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

ITEM	ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS	ÁREA	INSTITUIÇÕES SUGERIDAS
01	Oficinas	Turismo, hospitalidade, educação, ambiente. meio	UFPA, UFRA, UEPA, EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS, USP, UNICAMP, UNIVALE, SENAC
02	Especializações	Turismo, Hospitalidade, Educação, Ambiente, Cultura. Meio	UFPA, UFRA, UEPA, USP, UNICAMP, UNIVALE, SENAC
03	Cursos	Turismo, Hospitalidade, Educação, Guiamento Turístico, Ambiente, Cultura. Meio	UFPA, UFRA, UEPA, EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS, USP, UNICAMP, UNIVALE, SENAC
04	Simpósios/Congressos/Encargos/Jornadas	Turismo, Hospitalidade, Educação, Ambiente, Cultura. Meio	UFPA, ANPTUR, ABBTUR, ABAV, ANPPAS, ABA, etc.
05	Mestrado	Turismo, Hospitalidade, Educação, Ambiente, Antropologia. Meio	UFPA, UFRA, UEPA, USP, UNICAMP, UNIVALI, UFBA, UFMG, UFPR, ULMA, UnB, etc.
06	Doutorado	Turismo, Hospitalidade, Educação, Ambiente, Antropologia. Meio	UFPA, UFRA, USP, UNICAMP, UFBA, UNIVALE, UnB, etc.
07	Pós-doutorado	Turismo, Hospitalidade, Educação, Ambiente, Antropologia, Cultura. Meio	Centro de Ecologia Tropical da Alemanha, UNIVALI,



APÊNDICE 5 – DEMANDA DE PROFISSIONAIS PARA O EIXO TECNOLÓGICO DE HOSPITALIDADE E LAZER – CAMPUS BELÉM

A Coordenação de Hospitalidade e Lazer está em constante evolução, e, com a existência de projetos operacionais, de pesquisa, ensino e extensão, como parte das atividades de ensino-aprendizagem, além do aumento da oferta de cursos subsidiadas por pesquisas de mercado, justificam a necessidade de aumento em quantidade e qualidade do quadro de docentes, assim como de técnico-administrativos.

A partir desses dados relacionamos abaixo a necessidade de contratação de novos profissionais.

Quadro 07 - NECESSIDADES DE DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

CARGO	NECESSIDADE	FORMAÇÃO
Professor	01	Administrador com pós-graduação em turismo, hotelaria ou eventos.
Professor	01	Contador com pós-graduação em turismo, hotelaria ou eventos.
Professor	01	Bacharel em turismo ou áreas afins com formação em Guia de Turismo de Excursão Nacional e Internacional.
Técnico-administrativo	04	Técnico em Turismo, Eventos ou Hotelaria e Relações Públicas.



LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

ITEM	IDENTIFICAÇÃO	PAG.
Gráfico 1	Gráfica do itinerário formativo do Curso Técnico em Eventos Subsequente	13
Quadro 1	Componentes curriculares do primeiro semestre	16
Quadro 2	Componentes curriculares do segundo semestre	20
Quadro 3	Componentes curriculares do terceiro semestre	24
Tabela 1	Infraestrutura do Campus Belém	46
Tabela 2	Infraestrutura física do campus Belém	46
Tabela 3	Equipamentos do Campus Belém	47
Tabela 4	Acervo da biblioteca do campus Belém	47